

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BEATRICE CRISTINA DOS SANTOS ARAUJO

“DEMOCRACIA NAS ELEIÇÕES 2020: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO
ELEITORAL ATRAVÉS DA PRESENÇA PARTIDÁRIA”

CURITIBA

2024

BEATRICE CRISTINA DOS SANTOS ARAUJO

“DEMOCRACIA NAS ELEIÇÕES 2020: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO
ELEITORAL ATRAVÉS DA PRESENÇA PARTIDÁRIA”

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Araujo, Beatrice Cristina dos Santos

“Democracia nas Eleições 2020: uma análise do desempenho eleitoral através da presença partidária”. / Beatrice Cristina dos Santos Araujo – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi.

1. Eleições municipais – Brasil - 2020. 2. Partidos políticos.
3. Campanhas eleitorais. 4. Democracia. I. Cervi, Emerson Urizzi, 1972-.
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **BEATRICE CRISTINA DOS SANTOS ARAUJO** intitulada: **Democracia nas Eleições 2020: uma análise do desempenho eleitoral através da presença partidária**, sob orientação do Prof. Dr. EMERSON URIZZI CERVI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 02 de Setembro de 2024.

Assinatura Eletrônica

02/09/2024 16:28:34.0

EMERSON URIZZI CERVI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

02/09/2024 21:10:15.0

ENEIDA DESIREE SALGADO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/09/2024 16:51:21.0

DANIELA SILVA NEVES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

General Carneiro, 460 - 5º andar - sala 517 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5233 - E-mail: ppgcpufpr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 393433

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 393433

Dedico este trabalho à minha mãe, Carmen Lúcia dos Santos Araujo, cujo amor e dedicação não conheceram limites. Com carinho inigualável, cuidou de mim e de meus filhos, mantendo viva a chama da esperança e do sonho mesmo nos momentos mais desafiadores. Sem sua fé inabalável em meu potencial e sua presença constante nos momentos difíceis, esta conquista não teria sido possível. A você, minha mãe, todo meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram para a realização deste mestrado. Um agradecimento muito especial à minha mãe, Carmen Lúcia dos Santos Araujo, cujo apoio incondicional foi fundamental. Agradeço também aos meus filhos, Rafaela, Martinho e Olivia, pelo amor e pela paciência de sempre, que foram essenciais para meu equilíbrio e perseverança.

Não posso deixar de mencionar meu pai, Dr. Martinho Borges da Fonseca Araujo, *in memoriam*. Ele sempre me inspirou a trilhar os caminhos da ciência e seu legado continua a ser uma luz guia em minha jornada acadêmica.

Meus agradecimentos ao professor Emerson Urizzi Cervi, por me acolher no grupo CPOP desde a minha iniciação científica em 2020. Sua orientação e confiança foram decisivas para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Agradeço também a todos os colegas do CPOP e a professora Michele Massuchin, cuja companhia e colaboração enriqueceram minha experiência e contribuíram imensamente para meu amadurecimento como pesquisadora.

Subir
No raio de uma estrela
Subir até
Sumir
Subir até sumir
No brilho puro
Subir mais
Subir além
Além de toda a treva
De toda a dor
Além de toda a treva
De toda a dor
Deste mundo.

Paulo Leminski

RESUMO

A presente dissertação intitulada "Democracia nas Eleições 2020: uma análise do desempenho eleitoral através da presença partidária" explora as dinâmicas eleitorais nas eleições municipais brasileiras de 2020, um ano marcado pela pandemia da COVID-19. Este evento excepcional proporcionou uma oportunidade única para examinar como os partidos políticos adaptaram suas estratégias em um ambiente de crise, movendo-se para plataformas digitais e modificando suas abordagens de campanha. A pesquisa utiliza o Índice de Presença Eleitoral (IPE) para avaliar a eficácia das estratégias partidárias durante este período turbulento. O estudo enfoca a democracia eleitoral, que depende da realização de eleições periódicas, justas e livres, consideradas essenciais para a expressão da soberania popular. A análise destaca a resiliência da democracia eleitoral brasileira frente aos desafios impostos pela pandemia, que exigiu uma rápida adaptação das instituições e partidos para assegurar a integridade do processo eleitoral e a segurança dos eleitores. A dissertação aprofunda-se na análise do IPE, que mede a presença dos partidos políticos nas eleições e considera três dimensões principais: Disputas Majoritárias, Disputas Proporcionais e Recursos de Campanha. Cada dimensão oferece observações sobre como os partidos conseguiram engajar eleitores, gerenciar recursos de campanha e alcançar sucesso eleitoral. O estudo foca nos partidos PSDB, PT, PSL, MDB, PDT e PSD, examinando como suas estratégias eleitorais se adaptaram às condições únicas de 2020 e como fatores regionais, demográficos e socioeconômicos influenciaram os resultados eleitorais. Além disso, a pesquisa explora como essas estratégias refletem as dinâmicas de poder e engajamento político em diversas regiões do Brasil, proporcionando uma visão detalhada das complexidades da política regional. A análise busca não apenas entender o desempenho eleitoral dos partidos, mas também oferecer insights sobre como a distribuição de recursos de campanha e o engajamento dos candidatos com as plataformas políticas impactaram os resultados eleitorais. Finalmente, o estudo contribui para o entendimento mais amplo da democracia eleitoral no Brasil, destacando a necessidade de estratégias partidárias mais adaptadas e eficazes em contextos de crise. A dissertação conclui que, enquanto os partidos enfrentaram desafios significativos em 2020, as eleições ofereceram uma plataforma vital para a continuação da prática democrática, mesmo em circunstâncias extraordinárias.

Palavras-chave: Influência Política; Variação Regional; Desempenho Partidário

ABSTRACT

This dissertation entitled "Democracy in the 2020 Elections: an analysis of electoral performance through party presence" explores the electoral dynamics in the 2020 Brazilian municipal elections, a year marked by the COVID-19 pandemic. This exceptional event provided a unique opportunity to examine how political parties adapted their strategies in a crisis environment, moving to digital platforms and modifying their campaign approaches. The research uses the Electoral Presence Index (IPE) to assess the effectiveness of party strategies during this turbulent period. The study focuses on electoral democracy, which depends on the holding of periodic, fair and free elections, considered essential for the expression of popular sovereignty. The analysis highlights the resilience of Brazilian electoral democracy in the face of the challenges posed by the pandemic, which required rapid adaptation of institutions and parties to ensure the integrity of the electoral process and the safety of voters. The dissertation delves into the analysis of the IPE, which measures the presence of political parties in elections and considers three main dimensions: Majority Disputes, Proportional Disputes and Campaign Resources. Each dimension offers insights into how parties managed to engage voters, manage campaign resources and achieve electoral success. The study focuses on the parties PSDB, PT, PSL, MDB, PDT and PSD, examining how their electoral strategies adapted to the unique conditions of 2020 and how regional, demographic and socioeconomic factors influenced electoral results. Furthermore, the research explores how these strategies reflect the dynamics of power and political engagement in different regions of Brazil, providing a detailed view of the complexities of regional politics. The analysis seeks not only to understand the electoral performance of parties, but also to offer insights into how the distribution of campaign resources and candidates engagement with political platforms impacted electoral results. Finally, the study contributes to a broader understanding of electoral democracy in Brazil, highlighting the need for more adapted and effective party strategies in crisis contexts. The dissertation concludes that while parties faced significant challenges in 2020, the elections provided a vital platform for the continuation of democratic practice, even in extraordinary circumstances.

Keywords:; Political Influence; Regional Variation; Party Performance

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Distribuição regional de prefeituras conquistadas pelos nove maiores partidos nacionais nas eleições 2008.....	30
FIGURA 2 – Média total das pontuações nas três dimensões da Democracia, 2010.....	45
FIGURA 3 – Comparação de índices de democracia em três escalas.....	46
FIGURA 4 – Escore sobre três dimensões da democracia para a América Latina e Caribe, 2010.....	47
FIGURA 5 – Evolução quantitativo de votos entre 2000 e 2020.....	64
FIGURA 6 – Maiores votações eleições 2020.....	66

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – IPE DOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES 2020.....	67
TABELA 2 – IPE POR REGIÃO DO PAÍS.....	71
TABELA 3 – IPE POR TAMANHO DE MUNICÍPIO.....	76
TABELA 4 – IPE POR REGIÃO E TAMANHO DE MUNICÍPIO.....	79

SUMÁRIO

1 Introdução.....	13
2 DEMOCRACIA.....	15
2.1 Democracia Eleitoral.....	15
2.2 Partidos e Democracia representativa no Brasil.....	20
2.3 Democracia nos municípios.....	28
3. Mensuração na ciência política.....	36
3.1 Tipos de Mensuração da democracia.....	39
3.2 Democracia Eleitoral e índice de Vanhanem.....	43
3.3 Índice de presença eleitoral (Ipe).....	51
4 Eleições 2020:.....	58
Considerações finais:.....	84
Referências Bibliográficas.....	86

1 Introdução

As eleições municipais de 2020 no Brasil transcorreram em um ambiente desafiador, marcado pela pandemia de COVID-19, que impôs restrições severas às práticas de campanha tradicionais e alterou profundamente a participação eleitoral. Este cenário único forneceu uma oportunidade ímpar para analisar como os partidos políticos adaptaram suas estratégias em meio a adversidades sem precedentes, destacando a necessidade de abordar as questões sanitárias e econômicas e adaptar as campanhas a um ambiente digital. Este estudo busca compreender as implicações dessas condições extraordinárias para a presença partidária nas eleições municipais e como elas influenciaram o desempenho eleitoral dos partidos, proporcionando percepções sobre a eficácia das estratégias partidárias em um período de crise profunda.

A democracia eleitoral, que é fundamentada na realização de eleições periódicas, justas e livres, é crucial para o exercício da soberania popular. No contexto da pandemia, este aspecto da democracia foi posto à prova, exigindo dos partidos e das instituições uma resposta rápida e eficaz que garantisse tanto a segurança dos eleitores quanto a integridade do processo eleitoral. Assim, este estudo também explora a resiliência da democracia eleitoral brasileira, uma democracia vibrante, porém complexa, caracterizada por uma diversidade política e social significativa.

O Índice de Presença Eleitoral (IPE), uma ferramenta analítica desenvolvida para medir a influência e presença dos partidos políticos nas eleições, serve como a base quantitativa deste estudo. A pesquisa se aprofunda na análise desse índice para entender não apenas o desempenho eleitoral dos partidos em diferentes contextos geográficos e demográficos, mas também como fatores socioeconômicos e culturais afetam a participação eleitoral.

O índice varia entre zero e um, indicando que quanto mais próximo de um, maior é a presença do partido na área, evidenciada pela participação completa em candidaturas, eleição de todos os candidatos propostos, recebimento da totalidade dos votos e captação de todos os recursos e doações possíveis para a campanha.

Para calcular o Ipe, são consideradas três dimensões principais. A primeira, Disputas Majoritárias, mede a presença do partido em eleições para cargos executivos de alto nível como prefeito, governador, senador e presidente, onde cada partido apresenta um único candidato para cada cargo. A segunda dimensão, Disputas Proporcionais, avalia a atuação do partido nas eleições para os legislativos municipais, estaduais e federais,

levando em conta tanto a proporção de candidatos e eleitos quanto os votos totais recebidos por candidatos e pelo partido. A terceira dimensão, Recursos de Campanha, reflete a habilidade do partido em mobilizar recursos financeiros e doadores para sustentar suas campanhas, abrangendo tanto as disputas majoritárias quanto proporcionais.

Este índice é pioneiro ao integrar essas variáveis, refletindo a capacidade de um partido político de engajar eleitores, gerenciar recursos de campanha e alcançar sucesso eleitoral. O Ipe se mostra extremamente útil para análises comparativas entre diferentes partidos e regiões, facilitando a identificação de onde um partido é mais ou menos influente. Essa métrica é particularmente valiosa para estrategistas políticos, analistas e pesquisadores que buscam compreender as dinâmicas eleitorais e desenvolver estratégias de campanha mais eficazes

O presente estudo pretende observar os seguintes partidos: PSDB, PT, PSL, MDB, PDT e PSD, pois acreditamos ser crucial para entender as eleições municipais de 2020 no Brasil por várias razões que explicaremos mais além, cada uma ligada ao papel específico desses partidos no cenário político nacional e às dinâmicas eleitorais locais.

A pergunta de pesquisa central que guia este estudo é: "Como as características regionais, demográficas e socioeconômicas influenciaram a participação eleitoral dos principais partidos políticos nas eleições municipais de 2020 no Brasil?" A investigação visa elucidar a dinâmica entre a presença eleitoral dos partidos e o contexto variável de cada região, oferecendo uma compreensão detalhada de como diferentes estratégias partidárias se adaptam ou falham em face das especificidades locais.

Este trabalho visa mapear a distribuição eleitoral e analisar a influência de variáveis externas na performance dos partidos, buscando identificar padrões de sucesso e desafios enfrentados por diferentes agrupamentos políticos. Também busca investigar como a distribuição de recursos de campanha, o engajamento dos candidatos e a receptividade das plataformas políticas pelos eleitores influenciam os resultados eleitorais. Além disso, o estudo pretende fornecer percepções estratégicas para partidos políticos, analistas e formuladores de políticas, de modo a fortalecer a democracia e aumentar a eficácia eleitoral em um contexto de crescente polarização e rápidas mudanças sociais. Adicionalmente, avalia a resiliência da democracia eleitoral brasileira em face de crises sem precedentes, garantindo que as práticas eleitorais alinhem-se com as aspirações e necessidades do eleitorado.

Além disso, este estudo oferece uma visão compreensiva e detalhada das dinâmicas eleitorais locais e das estratégias partidárias, contribuindo para uma compreensão mais profunda das complexidades da democracia eleitoral no Brasil e de como as condições extraordinárias como uma pandemia global podem influenciar esses processos.

2 DEMOCRACIA

2. 1 Democracia Eleitoral

No trabalho de Diamond (2017, p. 30), Schmitter e Karl observam que a palavra "democracia" tem sido usada como uma moeda desvalorizada no mercado político, sendo adotada por políticos que possuem uma vasta gama de convicções e práticas em suas tentativas de definir suas ações. Conforme eles discutem, muitos estudiosos relutaram em empregar o termo sem qualificativos, devido à sua ambiguidade. Robert Dahl, um destacado teórico político americano, até tentou substituí-lo pelo termo "poliarquia" para obter uma precisão conceitual maior. Apesar disso, Schmitter e Karl destacam que, independentemente das intenções, o termo "democracia" permanece central no discurso político contemporâneo, frequentemente evocado quando se fala em luta por liberdade e uma vida melhor. Eles afirmam que é necessário discernir cuidadosamente o significado da palavra para que ela seja efetivamente útil na orientação de análises e práticas políticas.

Este debate em torno do significado e aplicação do termo "democracia" sugere uma transição na compreensão das democracias modernas em relação às clássicas. A mudança de foco de Dahl para a "poliarquia" reflete um esforço para abordar a complexidade do sistema democrático atual, que envolve mais do que simplesmente o consenso direto entre os cidadãos. Esta evolução conceitual destaca-se ainda mais quando Schmitter e Karl discutem as implicações da competição dentro das estruturas democráticas, contrapondo-se à ideia de democracia baseada apenas no consenso. Assim, eles expandem a discussão para incluir as nuances da competição política como um componente vital, ainda que controverso, na definição de democracia em contextos mais amplos e diversos. Esta reflexão é crucial para entender como as democracias contemporâneas se adaptam e se transformam em resposta às exigências de uma participação política mais ampla e complexa.

Schmitter e Karl, argumentam que a competição nem sempre foi vista como um elemento fundamental para a definição de democracia. Eles observam que as democracias "clássicas" pressupõem que as decisões sejam tomadas com base na participação direta e voltada para o consenso, com a expectativa de que os cidadãos cheguem a um consenso sobre as ações a serem tomadas após ouvir e ponderar os méritos e deméritos das alternativas (Diamond, 2017).

Schmitter e Karl, destacam que existe uma tradição de resistência à “facção” e aos “interesses particulares” no pensamento democrático, mas desde “O Federalista” tem sido amplamente aceito que a competição entre facções é um mal necessário em democracias que operam além da escala local. Como argumentado por James Madison, como as “causas ocultas da facção são inerentes à natureza humana” e as possíveis soluções para o “flagelo das facções” são piores que a doença, o melhor a fazer é reconhecê-las e tentar controlar seus efeitos (Diamond, 2017, p. 33).

No entanto, os autores ressaltam que, embora os democratas possam concordar com a inevitabilidade das facções, eles tendem a discordar sobre as melhores maneiras e regras para governar a competição entre facções. De fato, as diferenças sobre os melhores métodos e limites de competição ajudam a distinguir um subtipo de democracia de outro (Diamond, 2017, p. 33).

A definição mais comum de democracia, segundo Schmitter e Karl, está associada a eleições regulares, justas e honestamente contabilizadas. Alguns até veem a simples realização de eleições como uma condição suficiente para a democracia. Esse equívoco é conhecido como “eleitoralismo” ou “a crença de que apenas realizar eleições levará a ação política a ser direcionada para competições pacíficas entre as elites e a legitimação dos vencedores pelo público”, independentemente de como são conduzidas ou das restrições impostas aos vencedores (Diamond, 2017, p. 34).

No entanto, para a democracia, é necessário que as eleições ocorram periodicamente e que os cidadãos possam escolher entre alternativas altamente agregadas oferecidas por partidos políticos que podem proliferar em uma grande variedade de intermediários, especialmente nos estágios iniciais de uma democracia em transição: associações de interesses, movimentos sociais, grupos locais, organizações clientelistas e assim por diante. Em outras palavras, a democracia moderna oferece uma variedade de processos e canais competitivos para a expressão de interesses e valores, sejam eles ligados a associações ou partidos, funcionais ou territoriais, coletivos ou individuais. Todos são essenciais para a sua prática (Diamond, 2017, p. 34).

Outra visão amplamente aceita da democracia, de acordo com Schmitter e Karl, a define como um governo onde a combinação de mais da metade dos votos dos eleitores é considerada democrática, independentemente de essa maioria surgir de um eleitorado, parlamento, comitê, conselho municipal ou convenção partidária. Em casos excepcionais, podem ser necessárias maiorias qualificadas de mais de 50%, mas

algumas pessoas argumentariam que a democracia precisa envolver meios de agregar as preferências comuns dos indivíduos (Diamond, 2017, p. 34).

Neves (2020) discute a democracia eleitoral como um processo que envolve a escolha de autoridades governamentais e legislativas por meio de eleições, destacando que esse mecanismo pode tanto fortalecer quanto enfraquecer a democracia de maneira mais ampla. A autora ressalta que, para analisar a democracia, é essencial definir com clareza seu conceito, enfatizando que a democracia eleitoral está diretamente relacionada à realização de eleições competitivas e periódicas.

Para sustentar sua abordagem, Neves (2020, p. 21) recorre a autores como Coppedge e Gerring et al. (2011), que argumentam que a conceituação e a medição da democracia são desafios centrais na ciência política, uma vez que não há consenso universal sobre como definir regimes políticos ao longo do tempo. Nesse sentido, a autora identifica seis modelos principais de democracia: eleitoral, liberal, majoritário, participativo, deliberativo e igualitário, sendo o modelo eleitoral aquele no qual se concentra sua análise.

A concepção eleitoral de democracia, conforme exposta por Neves (2020), encontra respaldo na visão schumpeteriana, que define a democracia como um sistema competitivo entre elites pela aprovação do eleitorado. A autora cita Schumpeter (1961, p. 323) para sustentar que a democracia não significa governo direto do povo, mas sim um método no qual os cidadãos escolhem seus governantes por meio do voto. Além disso, Neves (2020, p. 22) destaca que, para Dahl (2005), as eleições são uma das condições fundamentais para a democracia, no modelo de Poliarquia, enfatizando que a participação e a competição eleitoral são elementos essenciais para um sistema democrático inclusivo.

Com base nesses referenciais teóricos, Neves (2020, p. 23) argumenta que a democracia eleitoral não se limita ao ato de votar, mas envolve a garantia de condições institucionais para que a competição e a participação política sejam amplas e justas. Dessa forma, a autora conclui que a democracia eleitoral deve ser compreendida não apenas como um processo formal, mas também como um mecanismo que assegura a representatividade e a responsividade governamental, refletindo as preferências do eleitorado em um contexto institucionalizado e competitivo.

2.2 Partidos e Democracia representativa no Brasil

O presente estudo pretende observar os seguintes partidos: PSDB, PT, PSL, MDB, PDT e PSD, pois considera ser crucial para entender as eleições municipais de 2020 no Brasil por várias razões, cada uma ligada ao papel específico desses partidos no cenário político nacional e às dinâmicas eleitorais locais. Enumeramos os principais motivos para estudarmos estes partidos, que são: representatividade política, diversidade ideológica, impacto nas Políticas Públicas, dinâmica de Poder, resposta aos desafios atuais e sinalização para o Futuro.

Quanto à representatividade política, foi considerado que estes partidos estão entre os mais representativos e influentes na política brasileira. Eles possuem uma significativa base eleitoral, estruturas partidárias consolidadas em nível nacional e local, e têm desempenhado papéis centrais em governos municipais, estaduais e federais ao longo das últimas décadas. Portanto, analisá-los oferece percepções sobre as tendências políticas predominantes no país.

Já quanto à diversidade ideológica, a seleção inclui partidos com orientações ideológicas diversas, do centro-esquerda ao centro-direita, passando pelo liberalismo e conservadorismo. Essa diversidade permite analisar como diferentes ideologias e propostas políticas foram recebidas pelos eleitores em diferentes regiões do Brasil, refletindo o complexo mosaico socioeconômico e cultural do país.

E ainda, os partidos políticos detêm o poder de influenciar diretamente as políticas públicas em nível local, especialmente através das prefeituras e câmaras municipais. Entender a performance desses partidos nas eleições municipais pode indicar mudanças nas prioridades políticas e nas políticas públicas implementadas nos municípios brasileiros, afetando áreas como saúde, educação e infraestrutura.

Além disso, a análise desses partidos ajuda a compreender a dinâmica de poder local e nacional. Por exemplo, mudanças significativas no número de prefeituras controladas por um partido podem alterar o equilíbrio de poder e influenciar as eleições estaduais e federais subsequentes, além de afetar a capacidade dos partidos de negociar alianças e promover suas agendas.

Os resultados para esses partidos nas eleições municipais de 2020 podem servir como indicadores das tendências políticas para as próximas eleições estaduais e federais. Partidos que se saíram bem podem ganhar ímpeto e visibilidade, enquanto

aqueles que tiveram desempenho abaixo do esperado podem passar por períodos de reflexão e reestruturação.

Os resultados das eleições municipais de 2020 representam um valioso indicativo das tendências políticas que podem influenciar as eleições estaduais e federais futuras. Partidos que apresentaram bom desempenho tendem a ganhar visibilidade e ímpeto, potencializando sua influência nas arenas política e eleitoral mais amplas. Por outro lado, aqueles que não atingiram as expectativas podem enfrentar períodos de avaliação crítica e reestruturação. Este estudo se propõe a realizar uma análise descritiva dessas eleições, abrangendo uma variedade de contextos geográficos, desde regiões brasileiras a áreas metropolitanas e municípios de diferentes portes, com o objetivo de desvendar os padrões de engajamento eleitoral e as dinâmicas de poder que emergem desse cenário complexo.

O estudo das eleições municipais de 2020 abre um campo fértil para a análise das forças políticas que moldam o cenário nacional brasileiro. A performance eleitoral dos partidos em diferentes contextos não apenas reflete as inclinações políticas locais, mas também projeta possíveis mudanças no panorama político mais amplo do país. Entender essas dinâmicas é crucial para prever e preparar-se para futuras eleições em níveis estadual e federal.

Este contexto é ainda mais relevante quando consideramos as observações de Carlos Nelson Coutinho, conforme relatadas por Kierecz (2016), sobre a predominância de partidos não-ideológicos e a influência de lobbies em suas bases. A aparente desconexão entre as estratégias partidárias focadas em ganhos imediatos e a necessidade de uma abordagem política mais fundamentada em ideologias e programas sustentáveis destaca a complexidade da política brasileira, onde a transformação dos partidos e o engajamento cívico são essenciais para uma democracia mais robusta e representativa.

Kierecz (2016, p. 370) relata que, segundo Carlos Nelson Coutinho, predominam no Brasil partidos não-ideológicos com bases heterogêneas e influenciadas por diversos *lobbies*. Da mesma forma, Coutinho observa que os sindicatos no país tendem a focar em interesses corporativos visando apenas resultados imediatos. Ele enfatiza a necessidade de engajamento de movimentos sociais de base e sindicatos politizados, além de partidos com programas estruturados, todos conectados à ampla população, para combater a apatia política. Coutinho critica o corporativismo por refletir uma visão neoliberal e burguesa da política, enquanto a hegemonia política numa democracia de massas deveria promover uma visão ética e

socialista em detrimento do capitalismo, defendendo que o interesse público só prevalecerá sobre o privado com a superação do sistema capitalista.

Em contraste, Kierecz (2016, p. 370) cita Robert Dahl, que defende que o consumismo também pode servir como um canal para a cidadania. Dahl argumenta que, embora o sistema capitalista promova o impulso humano para consumir cada vez mais, existe um impulso mais forte pela busca da felicidade ou bem-estar. Ele sugere que em países com um certo nível de riqueza, como os EUA, as pessoas podem encontrar satisfação ao investir em compromisso político e cívico, promovendo uma cultura que valoriza a cidadania em detrimento do consumo.

Num estágio inicial, o domínio patrimonial, constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões e dos cargos, promovendo uma confusão entre o setor público e o privado. Com o aperfeiçoamento da estrutura, essa relação se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. No entanto, mesmo com avanços burocráticos, a essência patrimonialista permanece, adaptando-se às mudanças por meio de compromissos e transações. Assim, o patrimonialismo pessoal evolui para um patrimonialismo estatal, que, por sua vez, adota o mercantilismo como técnica de operação da economia (FAORO, 2001, p. 823-824).

Kierecz (2016, p. 370) também menciona as observações de Raymundo Faoro sobre a sociedade brasileira, especificamente a histórica confusão entre os interesses públicos e particulares. Faoro critica a democracia representativa no Brasil por não refletir adequadamente a vontade geral da população.

Kierecz (2016, p. 371) discorre sobre as análises de Raymundo Faoro a respeito da predominância do interesse pessoal sobre o público no Brasil, comparando o capitalismo moderno com o estamento tradicional que dominou o país, principalmente na primeira metade do século passado. Faoro aponta para uma camada social que, situada acima das classes sociais, comanda o aparelhamento político do Estado. Segundo Faoro, essa camada, apesar de nem sempre coesa e por vezes amorfa, governa em benefício próprio e mantém-se no poder, perpetuando valores antigos mesmo com a alternância de indivíduos no comando, capazes ou não, sem representar os interesses da população.

Ademais, Kierecz (2016, p. 371) menciona que, segundo Faoro, a ideologia democrática liberal mostrou-se incapaz de dismantelar o domínio desse estamento

sobre o Estado brasileiro, reforçando a continuidade de uma estrutura que favorece interesses particulares em detrimento do coletivo.

A pressão da ideologia liberal e democrática não foi suficiente para romper ou diluir o patronato político sobre a nação, que permanece impenetrável ao poder majoritário, mesmo dentro da tradição aristocrático-plebéia do elitismo moderno. O patriciado, desprovido de símbolos nobiliárquicos e vestimentas ostensivas, continua a governar e imperar, exercendo tutela sobre o Estado. A soberania, embora nominalmente popular, pertence a uma elite que não emana da nação ou da sociedade, mas que se mantém no poder como gestora de negócios, e não como mandatária do povo. O Estado resiste a qualquer tentativa de transformação, seja por meio da cooptação ou, quando necessário, pelo uso da força, limitando-se a disputas internas entre os membros de sua estrutura dirigente. Enquanto isso, o povo oscila entre a passividade, a participação superficial em mobilizações sem influência política e a ilusão de nacionalização do poder, mais atento às novas elites econômicas do que aos dirigentes tradicionais, que continuam a exercer sua autoridade de forma paternalista. A lei, ainda que revestida de retórica e elegância, não lhe desperta interesse, e a eleição, mesmo sendo formalmente livre, oferece escolhas que não foram formuladas por ele (FAORO, 2001, p. 837).

Kierecz (2016, p. 372) relata que, conforme observado por Raymundo Faoro, as análises sobre a política brasileira não se basearam na contemporaneidade, mas no desenvolvimento histórico até o século XX, período em que a obra de Faoro foi redigida. Apesar disso, nota-se que suas considerações ainda se aplicam à realidade atual do país. Adicionalmente, Kierecz menciona José Murilo de Carvalho, que destaca o fascínio do Brasil pelo Poder Executivo, uma postura originada das tradições portuguesas, ibéricas, do patrimonialismo e da história ditatorial do país, onde o Congresso ou era inoperante ou meramente decorativo. Este cenário contribui para uma visão dupla do Estado, ora como repressor, pela alta tributação, ora como benfeitor, pela distribuição paternalista de favores e empregos, fazendo com que a política seja frequentemente percebida como uma via de negociação direta com o governo, desconsiderando os representantes legislativos.

Kierecz (2016, p. 372) prossegue afirmando que a busca por um "messias político" que solucione rapidamente as desigualdades e problemas estruturais relega o Poder Legislativo a um papel secundário, centrando a política na eleição presidencial. A falta de uma reação popular significativa ao fechamento do Congresso reflete o

reconhecimento meramente abstrato da importância da representação popular, enquanto os partidos políticos e os políticos em geral são amplamente desacreditados pela população.

O eleitor exerce seu direito ao voto baseado na expectativa de benefícios individuais, trocando seu apoio a um deputado por promessas e favores pessoais. Por sua vez, o deputado mantém sua lealdade ao governo em troca da obtenção de cargos e verbas, que utiliza para atender às demandas de seus eleitores. Esse ciclo reforça uma dinâmica política paradoxal, na qual os cidadãos expressam descrença e desprezo pelos políticos, mas continuam a elegê-los na esperança de vantagens particulares, perpetuando assim um sistema clientelista que compromete a noção de cidadania e participação democrática efetiva (CARVALHO, 2013, p. 222-224).

Finalmente, Kierecz (2016, p. 372) discute o estatismo no Brasil, destacando como este favoreceu o crescimento de interesses corporativos em detrimento do coletivo. Desde o governo de Getúlio Vargas, direitos sociais foram concedidos, mas atrelados à cooptação de trabalhadores em sindicatos corporativos, fazendo com que os benefícios estatais fossem percebidos não como de interesse coletivo, mas como fruto da negociação de cada categoria com o Estado. Ele aponta que a Constituição de 1988 reflete esse corporativismo, com cada grupo pressionando pela ampliação de seus privilégios, um processo que persiste até os dias atuais.

Kierecz (2016, p. 373) critica a eficácia do sistema de representação política no Brasil, argumentando que ele não consegue resolver os problemas da população. Segundo ele, para muitos eleitores, os membros do legislativo são vistos apenas como intermediários para a obtenção de favores pessoais do Poder Executivo, evidenciando uma percepção limitada e instrumental da função legislativa no contexto político brasileiro.

A interligação entre a percepção de ineficácia do sistema representativo e as características estruturais das eleições municipais revela profundas falhas na governança democrática do Brasil. Essa desconexão entre representantes e eleitores, destacada por Kierecz (2016), ressalta uma visão instrumental do poder legislativo, onde os políticos são principalmente valorizados por sua capacidade de fornecer benefícios diretos, em vez de legislar para o bem comum.

Tal cenário é exacerbado nas eleições municipais, conforme observado por Keurbay e Silva (2012), onde a fragmentação e o personalismo político se intensificam devido às peculiaridades das regras eleitorais e da estrutura partidária. Este contexto

facilita a ascensão de lideranças locais que priorizam agendas restritas a interesses imediatos, muitas vezes à custa da coesão e da eficácia política mais ampla, contribuindo para um ciclo contínuo de desilusão política entre os eleitores.

Keurbay e Silva (2012, p. 4) destacam que grande parte da literatura sobre eleições municipais no Brasil aponta para um efeito desarticulador da Federação, juntamente com as regras eleitorais e a estrutura organizacional dos partidos políticos. Eles notam que isso frequentemente leva ao desprestígio da função coordenadora dos partidos, favorecendo um aumento do personalismo político, principalmente em nível municipal. Neste cenário, os prefeitos emergem como figuras centrais, dominando o processo político e marginalizando o papel dos partidos. Esse fenômeno resulta em disputas locais que tendem a se concentrar em questões de interesse imediato da comunidade, ignorando a dinâmica política em nível nacional.

A literatura também revela um consenso sobre a desconexão entre os diversos níveis da disputa eleitoral, exacerbada pela alta fragmentação do sistema partidário brasileiro e a prevalência de partidos indisciplinados e individualistas. Segundo Keurbay e Silva, a predominância de "partidos do tipo catch-all" enfraquece as estruturas partidárias, favorecendo candidaturas baseadas mais nas qualidades individuais dos candidatos do que na força dos partidos. Eles citam Abrucio (1997), que ressalta o papel significativo dos governadores no alinhamento das disputas eleitorais municipais, o que reforça a influência do poder estadual nas eleições locais.

Carneiro e Almeida (2008) também são mencionados por Keurbay e Silva (2012, p. 4), que reconhecem a importância de suas contribuições para a análise das eleições em vários níveis. Esses autores argumentam contra a ideia de uma completa desconexão entre os níveis do sistema eleitoral brasileiro, apesar de reconhecerem a descentralização do sistema de partidos e a relevância das disputas em níveis subnacionais.

A estrutura do sistema eleitoral e partidário brasileiro, segundo Keurbay e Silva (2012, p. 4), é complexa, com regras que permitem três diferentes sistemas de votação e ciclos eleitorais que não coincidem. Isso, junto com a autonomia concedida aos diretórios municipais e estaduais, cria um ambiente propício para a descentralização e a falta de coordenação, que são temas recorrentes na literatura sobre padrões de votação e estruturação partidária no Brasil.

A complexidade do sistema partidário brasileiro, marcada por federações partidárias descentralizadas e uma acentuada fragmentação, reflete as nuances das

dinâmicas eleitorais regionais e locais descritas na literatura. Este cenário cria um terreno fértil para a investigação acadêmica sobre como partidos se formam e evoluem, um tema que Krause et al. (2016) exploram ao desenvolver modelos que explicam o perfil e a origem dessas organizações. Ao focar em variáveis que identificam as condições sob as quais novas organizações partidárias emergem, eles buscam entender as "incubadoras" que promovem a diversidade partidária, um ponto crítico para aprofundar a compreensão das complexas interações entre estruturas eleitorais e a formação partidária. Este estudo de elementos formadores de partidos serve como uma ponte entre a teoria das estruturas partidárias e a prática de como essas estruturas respondem e se adaptam às variadas pressões políticas e sociais dentro de uma federação diversificada como o Brasil.

Krause et al (2016, p. 69) argumentam que a ciência política tem se preocupado em desenvolver modelos explicativos sobre o perfil de origem e o processo de formação de organizações partidárias, especialmente em períodos em que novas organizações surgem no mercado político. Eles sugeriram que explorar variáveis que possam esclarecer distintas "incubadoras" que geram e estimulam o surgimento de legendas fornece subsídios para observar de perto elementos que são importantes para a compreensão do fenômeno partidário. (Telles e Lavareda, 2016)

Krause et al (2016, p. 69) citaram Duverger (1980) como pioneiro nesse esforço, ao desenvolver uma construção tipológica que diferencia partidos de "origem interna" e de "origem externa". Os primeiros, chamados de "partidos de quadros" ou "notáveis", são aqueles formatados por parlamentares e comitês eleitorais com a preocupação básica de organizar a disputa eleitoral. Os "partidos de massas", por outro lado, são originados de atores externos à arena parlamentar e se organizam a partir de grupos sociais excluídos da vida política parlamentar, visando sua integração no cenário político institucional.

Krause et al (2016, p. 69) observaram que, embora os modelos tipológicos de Duverger possam não ser mais suficientes para a compreensão do surgimento de novas organizações partidárias como fenômeno moderno, é necessário ter em mente que o exercício de Duverger oferece um constructo baseado em "tipos ideais", possibilitando a confrontação com estudos empíricos. Eles destacaram que a contraposição com a riqueza empírica apresentada pelo "fenômeno em si" frequentemente apresenta hibridez, onde, por um lado, é possível encontrar indicadores de ambas as tipologias em um mesmo caso e, por outro, apresentar variáveis não contempladas pelo modelo.

Krause et al (2016, p. 69) mencionaram LaPalombara e Weiner (1966) como oferecendo um olhar complementar ao de Duverger. Esses autores desenvolveram um modelo explicativo para o surgimento de partidos a partir de contextos desafiadores, relacionados a convulsões político-sociais, como guerras, depressões econômicas e crises de sistemas políticos. A base fomentadora de um ambiente propenso à criação de novos partidos se sustenta em três dimensões distintas de crises, que não são necessariamente excludentes para o surgimento de organizações partidárias que são crise de legitimidade, quando a estrutura da autoridade vigente sofre de falta de credibilidade política junto à sociedade, gerando instabilidade; crise de integração, decorrente de problemas gerados pela integração territorial e crise de participação, advinda de mudanças socioeconômicas na estrutura social.

Krause et al, no livro de Lavareda e Telles (2016), discutem que é possível vincular o desenvolvimento dos "partidos de massas" à crise de participação política, conforme descrito por Duverger (1980). Eles apontam que, segundo outros autores, a crise é marcada pela demanda política dos excluídos e pela busca de expansão do sufrágio, o que ressalta a necessidade de enquadrar eleitores. A comparação e complementaridade entre os modelos são essenciais para essas análises. Enquanto Duverger fornece uma perspectiva específica sobre o arranjo institucional no qual um partido se insere e nasce, impactando seu funcionamento e desenvolvimento, LaPalombara e Weiner chamam atenção para a importância de considerar a natureza do esgotamento do ambiente político em que essas organizações surgem. Contudo, eles observam que há uma falta de foco mais aprofundado nos impactos desses contextos sobre a dinâmica de funcionamento e desenvolvimento organizacional dos partidos.

2.3 Democracia nos municípios

Keurbay (2008, p.21) discorre sobre vários aspectos identificados na literatura sobre o papel dos partidos políticos na arena eleitoral, com especial atenção ao comportamento eleitoral durante as eleições municipais. Segundo o autor, a alta fragmentação do sistema partidário brasileiro, documentada por Ames (2003), Mainwaring (2001) e Lima Junior (1983), juntamente com a prevalente indisciplina partidária, contribui para o enfraquecimento dos partidos e para a elevação do personalismo político. O autor ressalta que os resultados eleitorais são mais frequentemente determinados pela força ou fraqueza dos candidatos individuais do que pela influência dos partidos. Além disso, Keurbay observa que os municípios são locais

onde as características mais extremas dessa tendência podem ser observadas, com uma ênfase exagerada na orientação individualista e fisiológica dos prefeitos e vereadores, em detrimento da força coletiva dos partidos na arena eleitoral.

Keurbay (2008, p.21) também menciona o papel significativo do partido do governador do estado nas disputas eleitorais municipais, conforme analisado por Abrucio (1998). Neste contexto, os grupos são tipicamente divididos em oposição e situação em relação ao governo local. Os partidos associados ao governo do estado tendem a ter uma presença mais marcante nas cidades, lançando mais candidatos e conquistando mais prefeituras.

Keurbay (2009, p.21) destaca que o aumento da influência dos estados e de seus governadores pode ser atribuído a características específicas do sistema político.

A primeira delas foi a vigência de um sistema ultrapresidencial nos estados – que em grande medida ainda vigora –, que fortaleceu sobremaneira os governadores no processo decisório e praticamente eliminou o controle institucional e social sobre o seu poder. A segunda diz respeito aos padrões hegemônicos da carreira política brasileira, cuja reprodução dá-se pela lealdade às bases locais e pela obtenção de cargos executivos no plano subnacional ou então daqueles no nível nacional que possam trazer recursos aos “distritos” dos políticos. Em ambos os casos, o executivo estadual é peça fundamental, seja no monitoramento das bases para os deputados, seja para ajudá-los na conquista de fatias estratégicas da administração pública federal (ABRUCIO, 2005, p.47)

Keurbay (2009, p. 22) analisa a correlação entre o sucesso eleitoral dos partidos nas eleições municipais e fatores como o número de cidades onde os partidos lançaram candidatos e a quantidade de filiados, conforme estudo de Braga e Borges (2008). A pesquisa destes autores indica que a relação entre a organização partidária e o sucesso eleitoral é complexa e varia conforme a interação dos partidos com seus ambientes externos.

Além disso, Keurbay (2009, p. 22) destaca a influência de variáveis geográficas e sociais no comportamento eleitoral, com referência aos trabalhos de Soares e Terron (2008) e Nicolau e Peixoto (2007), que utilizam análises geoespaciais e econometria espacial para demonstrar como diferentes fatores interagem nos resultados eleitorais. Estas análises confirmam a importância dos contextos regionais nas eleições, ressaltando a tendência dos efeitos regionais se manifestarem de um pleito para outro.

Por fim, Keurbay (2009, p. 22) menciona que a complexidade do comportamento eleitoral no Brasil, um país de marcadas diferenças regionais, é corroborada pelas análises de Panebianco (1990). Panebianco argumenta que nações federativas como o Brasil tendem a exibir organizações partidárias descentralizadas, o que resulta em mobilizações eleitorais que giram predominantemente em torno de questões locais, reforçando a descentralização da política eleitoral no país.

No contexto da presente pesquisa, é oportuno trazer um estudo de Keurbay (2009, p. 24) que fez uma pesquisa regional de eleições municipais em 2008 e apresenta dados reveladores na Figura 1, mostrando que, apesar do Partido dos Trabalhadores (PT) ter sido o terceiro partido com o maior número de prefeitos eleitos em 2008 no geral, existem variações significativas entre as regiões. O PT ocupa o terceiro lugar em número de prefeitos eleitos no Sudeste e no Sul, o segundo lugar no Norte, mas apenas o quinto no Nordeste e no Centro-oeste, onde se encontra empatado com o DEM e atrás de outros partidos como o PTB, PP e PR.

Figura 1: Distribuição regional de prefeituras conquistadas pelos nove maiores partidos nacionais, nas eleições 2008

Partido	N	NE	CO	SE	S	T
PMDB	121	336	107	247	389	1200
PSDB	46	193	70	385	96	790
PT	65	135	41	190	130	561
PP	23	118	71	98	244	554
DEM	39	150	41	184	79	493
PTB	27	184	13	131	58	413
PR	59	129	68	105	29	384
PDT	20	125	14	87	105	351
PSB	16	208	9	55	25	313
Total de Eleitos	416	1578	434	1482	1149	5059
	(92%)	(88,0%)	(93%)	(88%)	(96,7%)	(90%)
Total de Municípios	449	1793	466	1667	1188	5563

fonte: TSE por Keurbay 2009

Por outro lado, o PSDB se destaca por ser o quarto partido que mais elegeu prefeitos no Norte, segundo no Nordeste, o primeiro no Sudeste, terceiro no Centro-

oeste e quarto no Sul. Já o PMDB lidera em número de prefeitos eleitos em todas as regiões, com exceção do Sudeste.

A autora observa que os nove principais partidos elegeram a grande maioria dos prefeitos, com porcentagens variando de 88% nas regiões Nordeste e Sudeste, onde se concentram os maiores eleitorados do Brasil, até 96,7% no Sul. Esses dados indicam a existência de diferenças organizacionais nos partidos entre as regiões, bem como características específicas no comportamento eleitoral das populações de cada região Keurbay (2009, p. 24).

Uma análise dos dados que Keurbay coletou do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as eleições municipais de 2008 no Brasil revela um panorama da distribuição de prefeitos eleitos por partido nas diversas regiões, proporcionando uma visão detalhada das estratégias regionais e da força partidária. O PMDB mostrou uma forte presença em quase todas as regiões, especialmente no Sul, onde elegeu 389 prefeitos, representando 32,4% do total de prefeitos eleitos pelo partido em todo o país. Essa presença indica uma base consolidada e uma estratégia partidária eficaz nessa região.

O PSDB, por sua vez, destacou-se no Sudeste com 385 prefeitos eleitos, quase metade dos prefeitos eleitos pelo partido em todo o país, sublinhando a força do partido nesta região economicamente influente. O Partido dos Trabalhadores (PT) manteve uma presença significativa no Nordeste, com 135 prefeitos eleitos, refletindo seu apoio tradicional nesta região.

Outros partidos, como o PP e o DEM, mostraram uma distribuição mais uniforme entre as regiões, embora o DEM tenha uma ligeira vantagem no Sudeste e o PP no Sul, indicando estratégias adaptadas às peculiaridades locais. O PTB e o PR também demonstraram fortes bases regionais, com o PTB destacando-se no Nordeste e o PR no Centro-Oeste e Sudeste.

O PDT e o PSB, apesar de terem uma presença menor em comparação com outros partidos grandes, ainda assim mantiveram uma base relevante em regiões específicas, como o PDT no Sul e o PSB no Nordeste. A distribuição percentual de prefeitos eleitos em relação ao total de municípios mostrou que a região Sul teve o maior percentual de eleições bem-sucedidas (96,7%), seguido pelo Centro-Oeste (93%). Esses números refletem não apenas estratégias partidárias eficazes, mas também uma menor polarização política que facilita o sucesso eleitoral nestas áreas.

Essa análise detalhada das eleições de 2008 oferece predições essenciais para compreender as forças e fraquezas dos partidos em áreas específicas e para prever tendências futuras, adaptando estratégias de campanha para as eleições subsequentes. Essas percepções são cruciais para a formulação de políticas públicas e estratégias de engajamento político que respeitem e respondam às demandas e expectativas locais no Brasil.

Ademais, é importante observar se as eleições municipais são barômetros ideológicos e a ciclicidade eleitoral da nova república, com estes objetivos, Lavareda e Alves (2022) questionam o grau em que as eleições locais contribuem para a organização do sistema político nacional e se há alguma relação com as eleições presidenciais. Eles sugerem que responder a essas perguntas requer um esclarecimento sobre se os processos eleitorais para a escolha de prefeitos e vereadores operam sob lógicas distintas, ou completamente alheias, à seleção de mandatários para as demais arenas da Federação. Eles propõem que, se as eleições locais estiverem concatenadas com as eleições gerais, as disputas pelos cargos de vereador e prefeito podem sinalizar cenários eleitorais favoráveis a alguns partidos, ou grupos de partidos, nas competições estaduais e nacionais imediatamente subsequentes.

Para enfrentar essas questões, Lavareda e Alves (2022, p. 13) sugerem que é necessário examinar sucessivas eleições ao longo de uma série histórica, capaz de evidenciar, ou não, que o desempenho eleitoral dos partidos nas competições estaduais e nacionais seria influenciado pelo resultado das disputas locais que as antecedem. Eles argumentam que, sob essa hipótese, as competições locais, realizadas no intermédio das eleições gerais, operariam como barômetro para aferição da competitividade dos partidos nos pleitos subsequentes, viabilizando reflexões sobre cenários de continuidade ou mudança na distribuição do apoio eleitoral.

Lavareda e Alves (2022, p. 14) também observam que, embora as eleições municipais despertem grande atenção da mídia e mobilizem regularmente fatias expressivas do eleitorado, a literatura da ciência política frequentemente as considera como disputas de segunda ordem, ofuscada pelas demais competições do sistema, ou mesmo desconectadas dos processos eleitorais de abrangência estadual ou nacional.

No caso brasileiro, entre outros fatores, a suposta desarticulação seria resultante de um sistema altamente fragmentado, que convive com baixas taxas de identificação partidária e apresenta calendário eleitoral que separa temporalmente as

disputas por cargos eletivos locais daqueles estaduais e nacionais. A proximidade entre eleitores e candidatos nos municípios faria ainda com que as competições nessa arena fossem essencialmente orientadas por questões personalistas ou locais. Considerando as características do sistema partidário-eleitoral brasileiro - com dezenas de partidos registrados no TSE - Lavareda e Alves (2022, p. 14) entendem que a busca por padrões de articulação entre as competições que ocorrem nos diferentes níveis será mais bem-sucedida quando agregarmos o desempenho eleitoral dos partidos em campos ideológicos.

Ademais, Lavareda e Alves (2022, p. 15) citam o trabalho seminal de Carneiro e Almeida (2008), que identificou uma articulação entre a votação de sete partidos tradicionais para cargos em disputa nas distintas arenas da federação brasileira entre 1994 e 2000. Eles compreendem os processos eleitorais como “expressões discretas de processos contínuos” (Soares, Terron e Alckmin, 2016:47) - que exprimem avaliações latentes sobre os campos em disputa – e entendem que os pleitos municipais sinalizam oportunidades para possíveis realinhamentos do sistema. Sendo os pleitos locais intermediários, uma vez que ocorrem entre as disputas estaduais e nacionais, estes serviriam para atualizar o nível de apoio a legendas de diferentes espectros, afetando seu desempenho potencial nos pleitos subsequentes. Além disso, a dimensão local dessas disputas, com a grande proximidade entre eleitores e candidatos, favorece o compartilhamento de valores e atitudes políticas de modo mais refinado, aferindo o peso de lideranças locais sobre a sorte das eleições gerais subsequentes.

Lavareda e Alves (2022, p. 15) afirmam que através de uma abordagem histórico-comparativa (Landman, 2002), que emprega dados obtidos do TSE, observamos que os processos de realinhamento do sistema são resultado de uma causalidade complexa. Esta envolve diversos fatores explicativos, que não foram suficientemente investigados apenas sob uma perspectiva quantitativa. Identificamos principalmente uma condição para a ocorrência desses realinhamentos: a mudança no desempenho eleitoral dos campos nas competições locais anteriores.

Sustentamos que as disputas municipais têm o poder de indicar a importância dos campos ideológicos no sistema, refletindo em seu desempenho nas subsequentes disputas estaduais e nacionais. Isso contribui para a definição de ciclos eleitorais desde o início da Nova República.

Lavareda e Alves (2022) afirmam que, apesar da existência de diferentes arranjos institucionais e características distintas ao longo da história brasileira, compreende-se que desde o século XVI (Porto, 2002) as disputas locais desempenharam um papel crucial na sedimentação da influência municipal na organização política nacional (Queiroz, 1976; Leal, 2012). Essas disputas foram fundamentais na regulação do conflito político nas fases iniciais do sistema e condicionaram a formação subsequente de governos representativos no país (Limongi, 2012). Conforme observado, a influência das lideranças locais na configuração da política nacional durante a Nova República, adaptando-se a novos desenhos institucionais, pode ser atualmente percebida por meio de barômetros que indicam contextos favoráveis a novos realinhamentos do sistema.

Embora o foco desta dissertação não seja diretamente sobre o avanço da direita no Brasil, é indiscutível que este tema tem uma pertinência inegável ao discutir as eleições municipais de 2020. O período eleitoral refletiu não apenas uma competição política local, mas também capturou ecos das transformações políticas mais amplas que têm ocorrido em todo o país. A emergência de novas lideranças e a reconfiguração dos poderes locais são fenômenos que não podem ser completamente compreendidos sem considerar o contexto nacional de mudança política, onde a direita ganhou um novo ímpeto. Este pano de fundo político serve como um catalisador para mudanças nos alinhamentos e estratégias eleitorais em nível municipal, repercutindo nas dinâmicas locais e influenciando as práticas políticas e o comportamento eleitoral nas cidades brasileiras.

Codato et al. (2022) consideram que o avanço da direita na América Latina e outros, não é uma surpresa (Bowen, 2011). O continente frequentemente passa por ciclos eleitorais que alternam governos nacionais entre programas políticos de esquerda e conservadores e/ou neoliberais (Weyland, Madrid e Hunter, 2010). Já na década de 2010, era perceptível a reação da direita ao domínio da esquerda (Wills-Otero, 2016). No entanto, com algumas exceções (Power e Rodrigues-Silveira, 2019; Codato, Berlatto e Bolognesi, 2018), pouco se sabe sobre como as eleições locais se relacionam com as grandes mudanças na política continental. Desde 2018, o Brasil tem sido governado pela extrema direita. Essa vitória eleitoral teve impacto também nos níveis locais (Borges, 2015; Ventura, 2021). Embora haja um debate sobre a influência dos efeitos de arrasto eleitorais, é fato que a direita brasileira ganhou novo impulso em pelo menos duas dimensões: eleitoral e ideológica. Compreender o perfil dos políticos

de direita que venceram nas eleições municipais brasileiras de 2020 permite entender melhor a disseminação desse programa ideológico e seu possível enraizamento partidário além da figura do presidente Jair Bolsonaro. (Telles e Lavareda, 2022)

A direita política não é um bloco social ou político monolítico. Como todo fenômeno complexo, é possível periodizar suas sucessivas ondas ideológicas desde a prevalência do neoliberalismo como visão de mundo dominante da direita nos anos 1980 (Alves, 200) até sua ligação com o conservadorismo (Middlebrook, 2000; Immerzeel, Lubbers e Coffé, 2016), passando pela ascensão do populismo na Europa (Mudde, 2010) e a difusão de um pensamento libertário. Embora grande parte dos estudos sobre política local não encontre diferenças programáticas significativas entre os partidos, quando olhamos para os perfis sociológicos e ideológicos dos atores políticos, encontramos diferenças sutis dentro de uma mesma cor ideológica. Isso se aplica especialmente ao caso brasileiro, visto que muitos partidos não possuem coesão ideológica ou programática. É comum que um mesmo partido abrigue políticos que vão desde a direita até a esquerda (como no caso do MDB), ou que o partido não apresente uma definição clara em termos de políticas. Portanto, olhar além da classificação ideológica das legendas partidárias e focar em quem elas elegem é fundamental para entender a dinâmica de poder por trás de um sistema em que os partidos são pouco mais do que um rótulo para que os indivíduos concorram a posições eletivas.

Um exemplo do crescimento da direita nos últimos anos no Brasil é a ascensão da direita religiosa e seu forte enraizamento social (Rodrigues-Silveira e Cervi, 2019). Candidatos evangélicos disputaram as últimas eleições legislativas nacionais por não menos do que 27 diferentes agremiações (Borges e Babireski, 2021). Embora alguns partidos, como o Republicanos e o Partido Social Cristão (PSC), concentrem um grande volume de candidaturas, o crescimento desse grupo político-confessional ocorre independentemente de lealdades partidárias. Por outro lado, fora do Parlamento, surgiram e se desenvolveram, na última década, movimentos libertários e anticorrupção que vocalizam valores de direita, como o Livres, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua. Além do novo impulso de partidos tradicionais como o Democratas (DEM), que viu sua bancada de deputados federais crescer em 2018, passando de 21 para 28, e o Progressistas (PP), que em 2020 conquistou 183 prefeituras a mais do que em 2016, novos partidos surgiram ou migraram para a direita, engrossando as fileiras desse polo ideológico."

Codato et al. observam que, no contexto das eleições municipais de 2020, houve um notável crescimento das forças políticas associadas à direita tradicional, especialmente concentradas nos grandes partidos políticos. Especificamente, o Democratas (DEM), o Progressistas (PP) e o Partido Social Democrático (PSD) emergiram como as legendas que mais ampliaram suas esferas de influência entre os anos eleitorais de 2016 e 2020. De forma particularmente impressionante, o partido Republicanos, anteriormente conhecido como Partido Republicano Brasileiro (PRB), viu o número de prefeituras sob seu controle quase dobrar, saltando de 107 para um expressivo número de 212. Nesse panorama de ascensão eleitoral observado em 2020, destaca-se que, dentre os partidos que experimentaram um crescimento em seu desempenho eleitoral, apenas o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) não se alinha à direita, tendo aumentado seu número de prefeituras de uma para três. Tal cenário evidencia que os partidos que lograram avanços significativos nas eleições municipais estão majoritariamente situados no espectro político que vai do centro-direita à ultradireita.

A observação de Codato et al. sobre o crescimento das forças políticas de direita nas eleições municipais de 2020 fornece um importante pano de fundo para entender as dinâmicas eleitorais recentes no Brasil. Este aumento notável, particularmente entre os partidos tradicionalmente considerados de centro-direita a ultradireita, reflete uma tendência política que tem implicações significativas para a configuração do espectro político brasileiro. Contudo, é crucial reconhecer que, embora este fenômeno mereça atenção, a ênfase desta dissertação não se volta para o crescimento da direita per se. Em vez disso, o foco reside nas metodologias e ferramentas analíticas empregadas na ciência política para medir e interpretar as mudanças dentro do cenário político. Essa distinção é vital para direcionar o debate acadêmico para questões de metodologia e análise, além das implicações de mudanças políticas específicas.

Ao fazer a transição para o próximo capítulo, é importante situar o debate em um contexto mais amplo que transcende a análise de tendências partidárias específicas. Munck e Verkuilen (2016) nos lembram da importância da mensuração na ciência política, enfatizando como a avaliação rigorosa de conceitos-chave é fundamental para a nossa compreensão das dinâmicas políticas. Eles argumentam que a maneira como medimos e interpretamos fenômenos políticos molda nossa compreensão do campo, influenciando as perguntas de pesquisa que consideramos

relevantes e as relações causais que investigamos. Este ponto de vista destaca a necessidade de ferramentas analíticas precisas e metodologias robustas para explorar a complexidade do sistema político. Assim, enquanto reconhecemos a ascensão observada de partidos de direita nas eleições municipais de 2020, o foco deste estudo permanece na exploração e aplicação de metodologias de mensuração na ciência política, visando oferecer contribuições significativas para a análise política e a formulação de políticas públicas.

3. Mensuração na ciência política

3.1 Tipos de Mensuração da democracia

Munck e Verkuilen (2016, p. 164) argumentam que a avaliação dos conceitos-chave empregados no estudo da política é fundamental para a compreensão do campo, pois molda a interpretação do mundo, determina as questões consideradas pertinentes para a pesquisa e influencia as relações causais tidas como válidas. Além disso, destacam que essa avaliação exerce um impacto significativo no tipo de orientação que os cientistas políticos oferecem sobre questões políticas e políticas públicas contemporâneas.

No entanto, Munck e Verkuilen (2016, P. 164) expressaram surpresa com a falta de ênfase na geração de dados e na metodologia de medição. Eles observaram que a visão predominante na ciência política é que a medição é uma tarefa necessária, mas que deve ser rapidamente superada ou, se possível, completamente ignorada, para que os pesquisadores possam se concentrar em uma tarefa considerada muito mais importante: o teste de hipóteses causais.

Munck e Verkuilen (2016, P. 164) argumentam que a negligência da importância da geração de dados e da metodologia de medição, bem como a tendência a tomar atalhos, tem um alto custo. Em resumo, eles diriam que essas características estão associadas a ganhos de conhecimento ilusórios, que serão questionados mais cedo ou mais tarde. Portanto, eles pediram aos cientistas políticos que fossem mais céticos em relação à tendência a afirmações prematuras de conhecimento, tão comuns na disciplina, e que dessem mais ênfase à medição de conceitos fundamentais como a base do conhecimento, ou seja, como uma tarefa que afeta a possibilidade de apresentar uma análise descritiva e/ou causal sólida e, finalmente, de oferecer orientação responsável.

Munck e Verkuilen (2016, p.148) reconheceram alguns sinais promissores de uma valorização da importância da medição em várias áreas. Eles mencionaram vários projetos de pesquisa importantes e ambiciosos que têm abordado a questão da geração de dados como parte integrante do processo de pesquisa. Além disso, eles citaram algumas publicações importantes em ciência política que têm publicado artigos sobre a metodologia de medição (Kritzer, 1996; Jacoby, 1999; Adcock e Collier, 2001).

No entanto, Munck e Verkuilen (2016, p. 148) afirmam que essas são exceções. A prática padrão na maioria das pesquisas quantitativas é recorrer a

conjuntos de dados já disponíveis, que já foram tão usados que poucas ideias novas podem ser obtidas a partir deles, além de serem, para começar, medidas bastante pobres dos conceitos usados na teorização. O problema da literatura qualitativa, embora de natureza diferente, tende a ser igualmente grave. Nesse tipo de pesquisa, a relação entre teoria e observação costuma receber mais consideração. Mas a riqueza das descrições narrativas normalmente é desvinculada de um esforço para codificar sistematicamente os casos.

Por outro lado, Munck e Verkuilen (2016, p. 148) dizem que os esforços para desenvolver a metodologia de medição em ciência política ficam muito aquém dos que ocorrem em outras disciplinas. Na verdade, eles diriam que o tipo de atenção à medição que é comum em disciplinas como psicologia e sociologia e em campos como educação é bastante estranho à ciência política. Portanto, eles diriam que não é surpreendente que os avanços mais significativos na metodologia de medição não venham deste campo.

Diamond e Gallery (2017, p. 152) explicam que, embora o estudo da política seja milenar, os esforços modernos para quantificar o grau de democracia têm raízes significativas na obra seminal de Robert Dahl, "Poliarquia". Dahl diferencia duas dimensões fundamentais da democracia: a competição pública e a inclusão/participação. Munck e Verkuilen (2016) observam que Raymond Gastil, influenciado por essa formulação, desenvolveu as duas dimensões que formam a base do estudo da Freedom House, "Freedom in the World", abordando os direitos políticos e as liberdades civis. De maneira semelhante, a escala Polity, inicialmente desenvolvida por Ted Gurr e seus associados e posteriormente adaptada, enfoca a competição no recrutamento para o poder executivo e a inclusividade dessa competição.

Munck, Gerardo L. e Jay Verkuilen (2016) destacam que o índice desenvolvido por Kenneth Bollen em 1980, fundamentado nas dimensões de liberdades políticas e soberania popular, alinha-se à conceitualização de democracia proposta por Dahl. Esta abordagem é igualmente observada na Escala de Poliarquia de Coppedge e Reinicke, entre outros indicadores semelhantes. A análise de Alex Inkeles sobre essas iniciativas pioneiras, conforme exposto em seu estudo "On Measuring Democracy", oferece um panorama conciso dos índices de democracia formulados até o final de 1990, consolidando-se como uma referência essencial para o entendimento dos esforços de mensuração democrática nesse período.

A transição entre as abordagens históricas para a mensuração da democracia e os desafios metodológicos contemporâneos revela uma evolução significativa no campo dos estudos democráticos. Enquanto Inkeles fornece uma visão consolidada dos índices de democracia desenvolvidos até o final dos anos 1990, refletindo sobre a eficácia das ferramentas existentes na época, Diamond e seus colegas, por outro lado, destacam a continuidade dos desafios enfrentados pelos estudiosos ao definir e medir a democracia no cenário atual. Esta mudança de foco, de avaliar a precisão das ferramentas de medição para questionar a adequação metodológica dessas ferramentas, sublinha uma necessidade de adaptação às novas realidades políticas e a complexidade crescente dos sistemas democráticos. Assim, essa passagem de um estado da arte histórico para um questionamento metodológico contemporâneo reflete não apenas um diálogo entre passado e presente, mas também um esforço contínuo para refinar a compreensão e a avaliação do conceito de democracia.

Lipset (1959, apud Diamond et al., 2017, p. 146) expandiu a definição minimalista de democracia proposta por Schumpeter ao incorporar influências do pensamento de Max Weber. Para o autor, a democracia não se resume apenas a um sistema competitivo para a obtenção do poder, mas também a um arranjo institucional que garante oportunidades regulares e constitucionais para a alternância dos governantes. Além disso, Lipset destacou a importância de elementos fundamentais para a estabilidade democrática, como a legitimidade das instituições, um sistema partidário competitivo, uma imprensa livre e a presença de uma oposição política efetiva ao governo vigente. Assim, a democracia deve ser compreendida não apenas como um mecanismo eleitoral, mas como um processo social que amplia a influência da maior parcela possível da população na formulação de decisões políticas significativas.

No trabalho de Diamond, (2017, p.147), é relatado que, conforme Huntington, democracias são identificadas em sistemas onde decisores chave são escolhidos através de eleições consideradas justas, honestas e periódicas, permitindo uma livre competição por votos e a possibilidade de votação pela quase totalidade da população adulta. Além disso, Diamond e colegas destacaram a visão mais restrita de democracia de Adam Przeworski e outros, que definem democracia como um regime onde governantes são selecionados por eleições competitivas, devendo estes possuir autonomia para governar sem dever satisfações a poderes não eleitos. Eles

apontaram, ainda, que na democracia, conforme Juan J. Linz e Alfred Stephan, os três poderes – executivo, legislativo e judiciário – devem ter autoridade efetiva para legislar sem a necessidade de compartilhar poder com outras entidades legais, estando livres de qualquer domínio reservado de autoridade e de política. Por fim, mencionaram Przeworski e colegas, que em seus estudos classificam como democracias apenas os sistemas nos quais partidos no poder realmente enfrentam derrotas eleitorais.

Por fim, Diamond e colaboradores (2017, p. 147) mencionaram que alguns anos atrás, a Freedom House começou a identificar sistematicamente as democracias eleitorais do mundo com uma metodologia que reforçava quatro critérios: um sistema multipartidário competitivo, voto adulto universal, eleições livres e honestas “que exibem resultados representativos da vontade do povo”, e “significativo acesso público dos maiores partidos políticos ao eleitorado, por meio de mídia de massa e campanhas públicas abertas”.

A transição da definição de democracia eleitoral segundo a Freedom House para o contexto atual das democracias emergentes, conforme descrito por Schmitter e Karl, destaca uma evolução significativa nos critérios e desafios enfrentados pelos sistemas democráticos modernos. Enquanto a Freedom House enfoca critérios claros e mensuráveis para identificar democracias eleitorais, Schmitter e Karl apontam para a complexidade das novas democracias que surgiram no período pós-1974, que operam sob pressões e expectativas muito diferentes das enfrentadas pelas democracias históricas europeias. Essa mudança de paradigma sugere que as democracias contemporâneas são moldadas por um ambiente político muito mais dinâmico e desafiador, onde uma pluralidade de vozes e forças políticas busca espaço em um tempo histórico condensado, desafiando os modelos tradicionais de desenvolvimento democrático e representação política.

Conforme Schmitter e Karl as democracias novas e vulneráveis que emergiram desde 1974 precisam existir em um “tempo acelerado”. Elas não se assemelham às democracias europeias do século XIX e início do século XX, e não se pode esperar que elas estabeleçam tantos canais de representação ao longo do tempo como seus predecessores fizeram. Uma variedade notável de partidos, interesses e movimentos tentará influenciar politicamente essas democracias simultaneamente, criando desafios políticos que não estavam presentes nos antigos processos de democratização. (Diamond, 2017, p. 37)

Segundo Diamond et al. (2017, p. 153), com o aprimoramento das informações e o revigoramento do estudo da democracia e da democratização pela Terceira Onda, os estudiosos responderam com medições da democracia mais abrangentes e diversas, tanto geográfica quanto conceitualmente. Eles observam que, na metade dos anos 90, com o aumento das evidências empíricas e um consenso mais amplo de que a governança era importante para o crescimento econômico, o Banco Mundial e outras instituições anteriormente mais focadas em políticas econômicas desenvolveram suas próprias medições de qualidade de governo e democracia.

Diamond et al. (2017, p. 153) destacam que muitos desses esforços de medição mais recentes foram além das definições procedimentais para incluir avaliações do exercício efetivo da democracia, em vez de apenas sua articulação *de jure*. Em resposta às conceitualizações “estritas”, baseadas apenas em direitos eleitorais, os autores incluíram vários direitos socioeconômicos, níveis de participação ou atividade eleitoral ou da sociedade civil, elementos culturais, ausência de violência e existência de estabilidade e/ou eficácia, transparência, capacidade de resposta ou imparcialidade das instituições do Estado e seus agentes como critérios adicionais cujos graus de democracia em uma comunidade política precisavam ser avaliados. Eles apontam que ainda existem debates significativos sobre a justificativa teórica para essas definições de democracia mais “espessas”. Da mesma forma, como lidar com os desafios práticos e metodológicos associados à quantificação de conceitos tão inerentemente qualitativos é algo também amplamente contestado.

Além das questões teóricas que cercam a conceitualização apropriada, Diamond et al. (2017, p.153) observam que a construção metodológica de vários índices de democracia tem sido objeto de várias críticas, assim como a pertinência e implicações dos pressupostos e julgamentos subjacentes por parte de seus criadores. Eles citam Munck e Verkuilen, que desenvolveram um quadro para avaliar nove índices existentes com base em como cada um enfrenta as questões de conceitualização, medição e cumulação. Munck e Verkuilen concluíram que nenhum esforço existente trata adequadamente as complexas questões teóricas e práticas inerentes aos três desafios da construção de índices, embora alguns tenham desempenho melhor que outros.

Em resposta parcial a essas críticas, Diamond et al. (2017, p.154) mencionam que Pemstein et al. e Coppedge et al. desenvolveram índices adicionais que tentam responder aos desafios da construção de índices apontados por Munk e Verkuilen,

embora com abordagens diferentes. Eles citam o “Unified Democracy Score (UDS)” de Coppedge et al., que combina dez escalas existentes com o objetivo de simplificar “a difícil e frequentemente arbitrária decisão de usar uma escala democrática existente em um lugar de outra”. Eles também fornecem uma medida de confiabilidade para cada medidor. Os autores argumentam que uma abordagem assim combina as forças de índices individuais enquanto diminui idiosincrasias, permitindo aos pesquisadores capitalizar as vantagens de todos os esforços anteriores.

Por fim, Diamond et al. (2017, p.154) destacam o Varieties of Democracy Project (V-Dem) de Coppedge et al., que desenvolve um índice totalmente novo, baseado em uma abordagem “histórica, multidimensional, desagregada e transparente” que é talvez a medição de democracia mais abrangente em termos conceituais, temporais e geográficos até o momento. Para chegar a isso, são utilizados sete “princípios”, dezenas de componentes e, literalmente, centenas de indicadores. Diamond et al. destacam que, além da mensuração, o projeto V-Dem oferece muitas outras dimensões distintas de democracia e dados em um nível sem precedentes de desagregação. Eles observaram que o projeto se estende muito mais retroativamente no tempo (a 1900) do que a maioria dos conjuntos de dados e mobiliza múltiplos especialistas em diferentes países para codificar com independência cada indicador subjetivo.

Diamond et al. (2017, p.154) reconheceram que todos os trabalhos mencionados anteriormente avançaram dramaticamente tanto o estudo da democracia quanto os métodos das ciências sociais. No entanto, apesar da proliferação de esforços de medição e das críticas que os acompanharam, Diamond et al. argumentam que houve pouco esforço para desenvolver um “meio termo” entre as conceitualizações estreitas e espessas, ou para identificar uma abordagem metodológica simples e objetiva para este caminho.

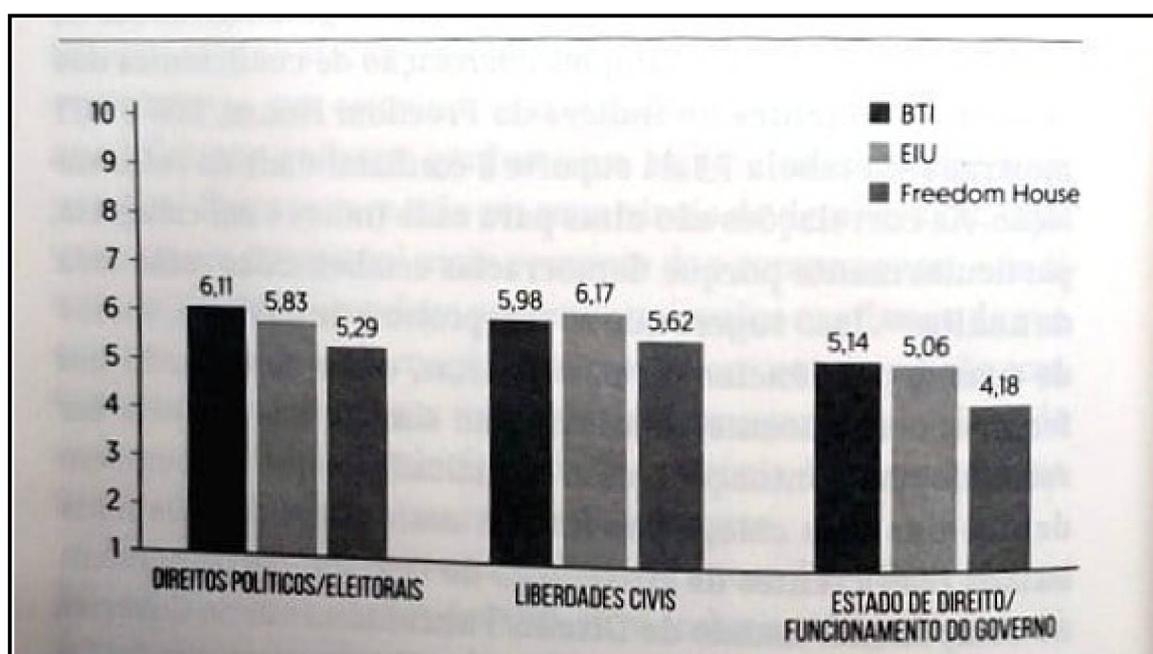
Eles observaram que a maioria das críticas resultou em ainda mais um novo índice, acrescentando ao campo já lotado, mas falhando em resolver os debates teóricos fundamentais ou em facilitar decisões práticas de medição e comparação. Diamond et al. (2017, p.154) argumentam que o problema não é simplesmente o de dados insuficientes ou não confiáveis, ou ainda a fraqueza das ferramentas de medição. Eles afirmam que um problema não menos sério (e muito mais fácil de resolver) é o arranjo deficientemente concebido da informação existente.

Diamond et al. (2017, p. 174-175) relatam que os índices passaram por reformulações que possibilitam avançar além das comparações simples. Contudo, eles destacam que interpretar comparativamente as diferentes medidas de democracia se mostra confuso devido ao uso de variadas escalas de medição. Para auxiliar na análise comparativa, foi realizada a conversão de cada índice para uma escala de 1 a 10, sendo 10 o nível máximo de democracia.

Destacam que todos os índices, com exceção do BTI, necessitaram de ajustes de escala para essa padronização, o que contribui para uma melhor compreensão da congruência geral das medições. No entanto, as diferentes metodologias de codificação utilizadas em cada índice pouco auxiliam na determinação de se, por exemplo, a diferença entre as pontuações 4 e 7 na categoria Liberdade, segundo o índice Freedom in the World, é equivalente à diferença entre 4 e 7 no Democracy Index do EIU, mesmo com ambos os índices adaptados à mesma escala. Eles observam que essa incerteza inerente é difícil de resolver.

Além disso, nas páginas subsequentes, as figuras 2 e 3 exibem as pontuações das subcategorias reformuladas nas três principais dimensões da democracia identificadas, mostrando os dados nessas dimensões por região. As pontuações indicam alguma congruência entre os índices, embora seja desafiador determinar a significância dessas alterações.

Figura 2: Média total das pontuações nas três dimensões da democracia, 2010



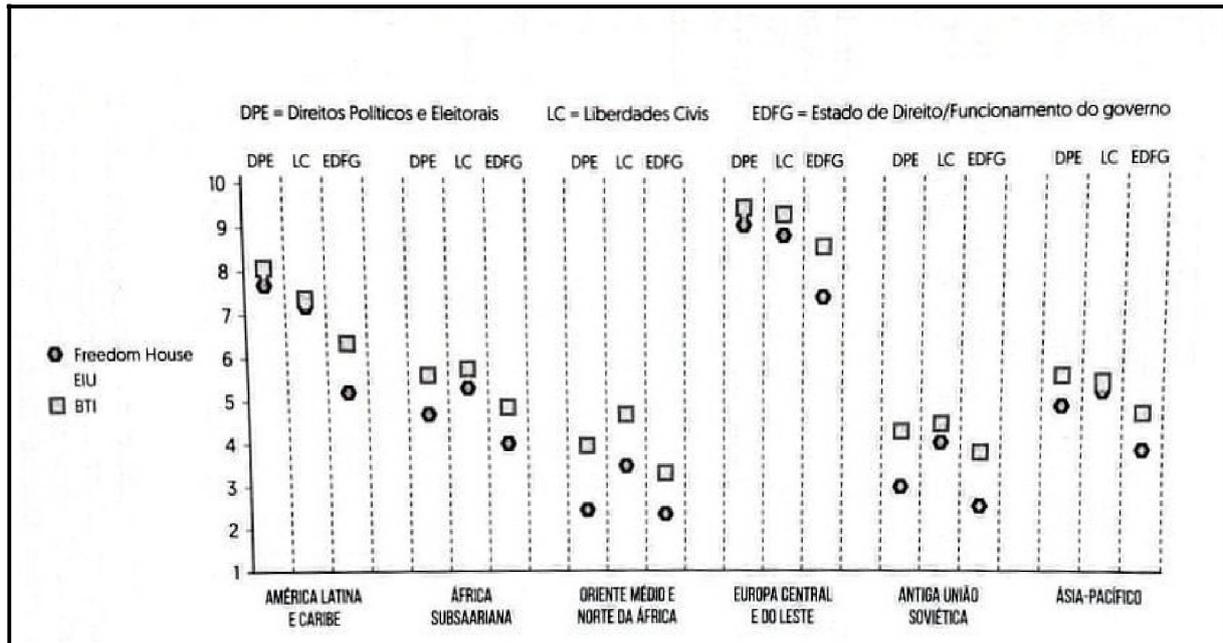
fonte: Diamond 2017

As figuras apresentadas fornecem uma análise visual comparativa dos índices de democracia ao redor do mundo, refletindo diferenças significativas na maneira como as democracias funcionam em diversas regiões e em diferentes aspectos.

A Figura 3, que compara índices de democracia em três escalas para o ano de 2010, mostra um conjunto de dados quantitativos sobre "Direitos Políticos/Eleitorais", "Liberdades Civas", e "Estado de Direito/Funcionamento do Governo" em várias regiões globais. Essa figura ilustra o desempenho das nações de acordo com três índices distintos: Freedom House, EIU (Economist Intelligence Unit), e BTI (Bertelsmann Transformation Index). Cada índice pontua os países em uma escala de 1 a 10, com 10 representando a situação mais democrática. Essa representação gráfica evidencia as variações regionais e a diversidade de contextos políticos, permitindo comparações diretas entre diferentes sistemas políticos e metodologias de avaliação.

Essas visualizações são fundamentais para entender não apenas o estado atual das democracias ao redor do mundo, mas também as nuances metodológicas que diferentes instituições utilizam para avaliar o mesmo fenômeno. Ao comparar tais índices, é possível discernir sobre a robustez e as limitações de cada método, fornecendo uma base mais sólida para análises e discussões acadêmicas sobre governança global e práticas democráticas. A precisão na medição e na comparação dos dados revela a importância de se utilizar múltiplos indicadores para obter uma visão mais abrangente e menos parcial do estado da democracia mundial.

Figura 3: Comparação de índices de democracia em três escalas, 2010

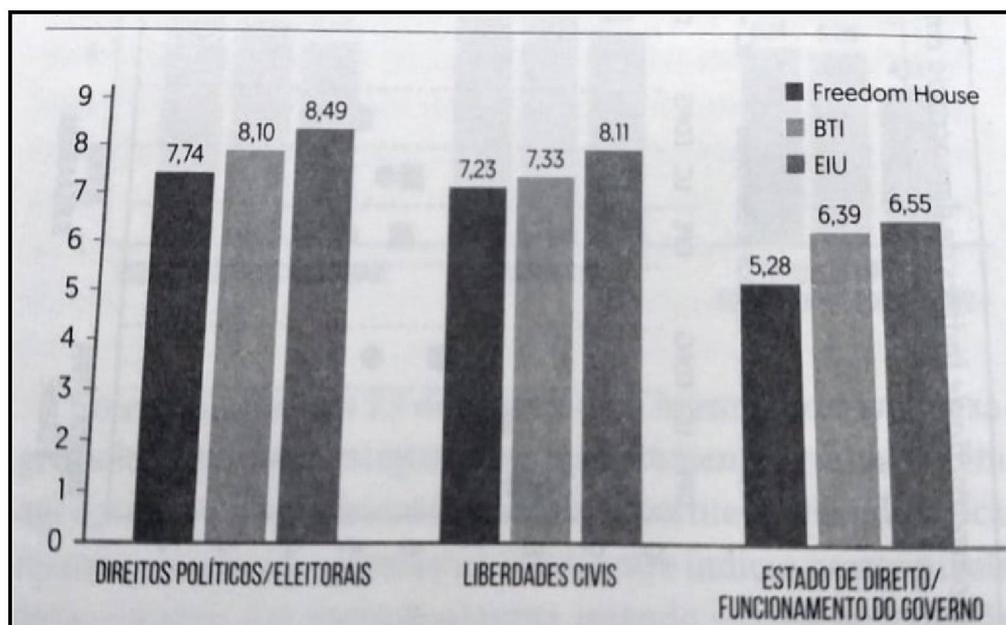


Fonte: Diamond 2017

Diamond et al. (2017, p. 176) abordam que críticas anteriores às medições de democracia ressaltaram que, embora existam altas correlações no nível agregado, há diferenças consideráveis nos componentes subjacentes das medições.

Na página 178, os autores apresentam a figura 4, que fornece dados para suas três dimensões de democracia em cada um dos índices de democracia, conforme a reformulação, focando na América Latina e no Caribe. Eles explicam que as subcategorias reformuladas possibilitam a observação de diferenças sutis nas avaliações entre os índices sobre o desempenho dos países latino-americanos em cada uma dessas dimensões de democracia, oferecendo um entendimento mais detalhado do que meras médias gerais.

Figura 4: Escore sobre três dimensões da democracia para América Latina e Caribe, 2010



fonte: Diamond 2017

Diamond et al. (2017, p. 179) destacam que, ao analisar a região da América Latina, é possível identificar claramente as deficiências democráticas mais graves, particularmente no que diz respeito ao Estado de Direito, incluindo controle da corrupção e abuso de poder. Eles observam que as três principais iniciativas de medição—Freedom House, EIU e BTI—concordam quanto ao padrão de deficiência observado: os direitos políticos são mais bem protegidos, seguidos pelas liberdades civis, enquanto o Estado de Direito apresenta os piores resultados.

Adicionalmente, eles discutem que, embora muitas críticas conceituais e metodológicas tenham sido direcionadas a índices de democracia estabelecidos e novos, aprimoramentos nessas medições poderão levar a descobertas mais significativas e proporcionar meios mais sensíveis para comparar atributos específicos da democracia entre os países. Ressaltam que, mesmo com as críticas, a gama atual de medições não é tão desapontadora quanto sugerido. É crucial compreender conceitual e precisamente o que cada índice mede e como eles diferem entre si. A importância de conhecer as pontuações por componentes é enfatizada, pois permite desmembrar e reagrupar categorias para obter comparações mais precisas e conceitualmente válidas. Isso pode revelar que as avaliações anuais de especialistas sobre características específicas da democracia podem ser robustas, enfatizando a importância de como os diferentes componentes são associados e escalonados.

A transição de um estudo crítico sobre os índices de democracia para a exploração específica do índice de Vanhanem nos leva a um ponto importante: a

necessidade de especialização e adaptação de métodos para capturar as nuances da democracia em contextos variados. Como discutido anteriormente, embora existam críticas válidas aos métodos de mensuração atuais, a abordagem de Vanhanen oferece um exemplo de como índices podem ser desenvolvidos e aprimorados ao longo do tempo para refletir melhor as características democráticas de uma nação. O trabalho de Vanhanen, portanto, não apenas enriquece a discussão metodológica, mas também destaca a evolução no entendimento e na avaliação da democracia, sublinhando a importância de continuarmos a refinar essas ferramentas para garantir avaliações mais precisas e significativas.

3.2 Democracia Eleitoral: Conceitos, Medição e Desafios Contemporâneos

A democracia eleitoral constitui um dos pilares fundamentais da organização política contemporânea, sendo caracterizada pela existência de eleições livres, justas e competitivas. De acordo com Vanhanen (2003, p. 49), a democracia pode ser definida como "um sistema político no qual grupos ideológicos e sociais diversos estão legalmente habilitados a competir pelo poder político e no qual os detentores do poder institucional são eleitos pelo povo e responsáveis perante ele". Essa definição enfatiza tanto a participação cidadã quanto a competição política como elementos centrais do processo democrático.

A democracia eleitoral pode ser entendida a partir de diferentes abordagens teóricas, sendo a visão procedimental uma das mais influentes. Segundo Dahl (1971), a democracia moderna baseia-se em dois elementos essenciais: **contestação política** (a existência de competição entre diferentes grupos políticos) e **participação política** (a inclusão do maior número possível de cidadãos no processo decisório). Esses critérios, conhecidos como poliarquia, têm sido amplamente adotados na literatura para distinguir regimes democráticos de não democráticos.

Autores como Altman e Pérez-Liñán (2002) expandem essa abordagem ao incluir a necessidade de direitos civis efetivos, argumentando que eleições competitivas e ampla participação são insuficientes se os cidadãos não tiverem garantias institucionais que protejam suas liberdades políticas e civis. Essa visão sustenta que uma democracia eleitoral de qualidade depende não apenas do acesso ao voto, mas também da existência de um ambiente que permita a livre expressão, organização política e alternância de poder.

Já Knutsen (2010) alerta para os desafios metodológicos na medição da democracia, destacando que muitos índices existentes carecem de sensibilidade para capturar variações dentro de regimes democráticos. Segundo o autor, medidas como o índice de "democracia efetiva" de Inglehart e Welzel buscam incorporar não apenas a realização de eleições, mas também a capacidade das instituições em garantir transparência, representatividade e accountability.

A medição da democracia eleitoral é um tema amplamente debatido na literatura, sendo um dos principais desafios na pesquisa comparativa. Diferentes índices foram desenvolvidos para avaliar o grau de democratização dos países, sendo alguns dos mais utilizados:

1. **Índice de Democratização de Vanhanen** - Propõe uma medida quantitativa baseada em dois indicadores principais: **competição política** (proporção de votos destinados a partidos menores) e **participação eleitoral** (percentual da população total que vota). Segundo Vanhanen (2003), a distribuição do poder político é um fator determinante para a democratização, sendo que sociedades com maior equilíbrio de poder entre grupos políticos tendem a apresentar democracias mais estáveis.
2. **Índice de Poliarquia de Coppedge e Reinicke** - Baseia-se nos critérios de Dahl e propõe cinco dimensões para avaliar a democracia, incluindo liberdade de expressão, eleições justas e competitivas e participação cívica. Esse índice é amplamente utilizado em estudos comparativos e enfatiza a importância das liberdades políticas como componente essencial da democracia.
3. **Índice de Democracia Direta de Altman (2013)** - Introduce uma terceira dimensão à medição da democracia, considerando o impacto da participação direta dos cidadãos em processos de decisão política. Segundo Altman, sistemas que incorporam referendos e iniciativas populares apresentam uma maior qualidade democrática, pois permitem que os cidadãos influenciem diretamente as políticas públicas, sem a necessidade de mediação por representantes eleitos.

A literatura destaca que um dos principais desafios na medição da democracia eleitoral é a dificuldade em capturar nuances institucionais e variações dentro de regimes democráticos. Como observado por Knutsen (2010), muitas medidas tendem a classificar países como "democráticos" ou "não democráticos" sem considerar aspectos intermediários, o que limita a análise comparativa e pode gerar distorções na interpretação dos dados.

Critérios de Medição da Democracia Eleitoral

A medição da democracia eleitoral envolve a consideração de múltiplas dimensões que refletem tanto a presença de instituições democráticas quanto sua efetividade na prática. Segundo ALTMAN; PÉREZ-LIÑÁN, 2002, p. 85, três aspectos são fundamentais para essa mensuração: direitos civis, participação e competição efetiva. Esses elementos permitem avaliar em que medida os cidadãos podem exercer sua influência política de maneira equitativa e sem interferências indevidas.

Um dos índices mais utilizados para medir a democracia eleitoral é o Índice de Democratização de VANHANEN, 2005, p. 280, que se baseia em dois componentes principais:

1. **Competitividade:** definida como a proporção de votos obtidos por partidos menores em eleições parlamentares ou presidenciais, refletindo o grau de pluralismo e competição no sistema eleitoral.
2. **Participação:** referindo-se ao percentual da população que efetivamente vota, sendo um indicador essencial para avaliar o engajamento político da sociedade.

Além desses componentes, outros índices internacionais também buscam capturar nuances da democracia eleitoral. O Effective Democracy Index (EDI), proposto por KNUTSEN, 2010, p. 109, não se limita à presença formal de instituições democráticas, mas também considera sua efetividade na governança democrática. Esse índice incorpora fatores como a ausência de corrupção, a qualidade da governança e a garantia de direitos políticos efetivos para toda a população.

Neves também discute como Vanhanen propõe medir essa distribuição de poder a partir de um índice que combina a participação dos partidos menores e independentes com o grau de envolvimento da população na eleição. O índice de democratização (ID) é calculado multiplicando os dois indicadores e dividindo o resultado por 100 (NEVES, 2020, p. 35-36). Além disso, a autora apresenta a visão de Vanhanen sobre a relação entre desenvolvimento econômico e democracia, destacando que ele contesta a tese de Lipset, argumentando que a democratização pode ocorrer em países com baixo desenvolvimento socioeconômico, desde que haja ampla distribuição dos recursos de poder (NEVES, 2020, p. 31-32).

Outra abordagem amplamente utilizada é o Índice Polity IV, que classifica regimes políticos ao longo de um continuum entre democracia e autocracia, baseando-se em

variáveis como a competitividade das eleições executivas, a regulação da participação política e a abertura do processo eleitoral.

Ademais, a Freedom House elabora relatórios anuais sobre liberdade política e direitos civis, estabelecendo escores para cada país com base em avaliações qualitativas e quantitativas. A análise da Freedom House enfatiza a liberdade de imprensa, o respeito aos direitos fundamentais e a independência do sistema eleitoral.

Embora essas metodologias ofereçam perspectivas distintas, todas convergem para a necessidade de medições robustas que possam capturar não apenas a existência de processos eleitorais, mas também sua autenticidade e impacto na consolidação democrática. A adoção de abordagens combinadas, que integrem variáveis quantitativas e qualitativas, tem se mostrado essencial para garantir um diagnóstico mais preciso do estado da democracia eleitoral global.

Diferentes abordagens foram propostas para mensurar a qualidade da democracia eleitoral. ALTMAN; PÉREZ-LIÑÁN, 2002, p. 85 sugerem três dimensões fundamentais: direitos civis, participação e competição efetiva. Esses fatores são essenciais para avaliar em que medida um sistema eleitoral permite a expressão política dos cidadãos de maneira equitativa e sem interferências indevidas.

KNUTSEN, 2010, p. 109, argumenta que índices como o Effective Democracy Index (EDI) buscam capturar não apenas a presença formal de instituições democráticas, mas também sua efetividade na promoção da governança democrática. No entanto, ele alerta para os riscos de viés metodológico que podem favorecer regiões ricas e ocidentais em detrimento de democracias emergentes.

Neves (2020) discute a concepção de democracia eleitoral baseada no índice proposto por Tatu Vanhanen. Segundo a autora, Vanhanen buscou estabelecer uma metodologia quantitativa para medir a democratização dos países, considerando dois principais indicadores: concorrência e participação (NEVES, 2020, p. 31). A autora destaca que Vanhanen concebe a democracia como um sistema no qual diferentes grupos sociais e ideológicos podem competir legalmente pelo poder político, e no qual os detentores do poder são eleitos e responsáveis perante o povo. Ele fundamenta sua teoria na distribuição de recursos de poder, argumentando que quanto mais amplamente distribuídos forem esses recursos, mais forte será a democracia (NEVES, 2020, p. 32-33).

Contudo, a democracia eleitoral enfrenta desafios significativos na atualidade, refletindo dinâmicas políticas, sociais e tecnológicas que impactam seu funcionamento. Dentre os principais desafios, destacam-se o declínio na qualidade eleitoral, a ameaça ao

pluralismo e à representatividade, a desinformação nas redes sociais, a baixa participação e apatia política e os desafios à integridade eleitoral.

Em algumas regiões, observa-se uma redução na qualidade das eleições devido à manipulação institucional, ao enfraquecimento da independência dos órgãos eleitorais e à desigualdade no acesso aos meios de comunicação. Governos autoritários frequentemente utilizam medidas legais e burocráticas para dificultar a concorrência política e restringir a participação de grupos opositores (ALTMAN, 2013, p. 615). Além disso, a crescente concentração de poder em partidos políticos dominantes pode comprometer a competição efetiva e limitar a diversidade de opções para os eleitores. A influência do financiamento privado na política tende a favorecer grupos economicamente mais fortes, reduzindo as chances de partidos menores e independentes (VANHANEN, 2005, p. 280).

Outro fator relevante é o impacto das novas tecnologias, especialmente das redes sociais e da inteligência artificial, que alteraram a dinâmica eleitoral. Se, por um lado, essas tecnologias podem fortalecer a participação cidadã, por outro, introduzem riscos como a disseminação de desinformação em larga escala. Notícias falsas e campanhas de desinformação podem minar a confiança nas instituições eleitorais e influenciar o comportamento dos eleitores de forma manipulativa (KNUTSEN, 2010, p. 109).

Paralelamente, observa-se uma tendência de redução no comparecimento às urnas em diversas democracias, refletindo um descontentamento crescente com os processos políticos e com os representantes eleitos. Essa apatia política pode ser exacerbada por sistemas eleitorais que não garantem um verdadeiro impacto do voto individual, bem como por escândalos de corrupção que afastam os cidadãos da participação ativa (ALTMAN; PÉREZ-LIÑÁN, 2002, p. 85).

Além disso, os desafios à integridade eleitoral se intensificam diante de ataques cibernéticos e tentativas de fraude eleitoral, que se tornaram preocupações centrais na organização de eleições. A segurança digital dos sistemas de votação e o combate a práticas ilícitas, como a compra de votos, são questões fundamentais para a manutenção da credibilidade dos processos eleitorais (FREEDOM HOUSE, 2020). Dessa forma, a democracia eleitoral enfrenta um cenário complexo, no qual a busca pela transparência e pela equidade nos processos eleitorais se torna cada vez mais desafiadora.

Diante desses desafios, torna-se essencial a adoção de medidas que reforcem a transparência, a equidade e a segurança dos processos eleitorais. Reformas institucionais, o fortalecimento da educação política e o aprimoramento dos mecanismos

de fiscalização são estratégias fundamentais para preservar a integridade da democracia eleitoral no contexto contemporâneo.

Sendo assim, o estudo da democracia eleitoral requer um olhar multidimensional que leve em conta tanto os aspectos formais quanto a efetividade das instituições democráticas. A medição da qualidade democrática deve considerar não apenas a realização periódica de eleições, mas também a existência de um ambiente político que garanta condições equitativas de participação e competição.

Embora haja avanços na mensuração da democracia eleitoral, persistem desafios metodológicos, especialmente na definição de indicadores que contemplem nuances regionais e culturais. O aprimoramento dessas métricas deve envolver abordagens quantitativas e qualitativas, que considerem tanto os processos eleitorais quanto sua implementação prática no contexto governamental.

Os desafios contemporâneos exigem não apenas adaptações institucionais, mas também esforços coordenados para fortalecer mecanismos de controle e garantir que o processo eleitoral seja conduzido com transparência, imparcialidade e segurança. A crescente influência da tecnologia e das redes sociais na política demanda regulamentações mais robustas para conter a disseminação de desinformação e preservar a integridade da escolha popular.

Além disso, a democracia eleitoral deve ser constantemente reforçada por meio de iniciativas que promovam a educação cívica e ampliem o engajamento político dos cidadãos. A participação ativa da sociedade civil e a independência das instituições eleitorais são fundamentais para que a democracia continue sendo um mecanismo efetivo de representação popular e de accountability governamental. Somente com tais esforços será possível garantir a legitimidade e a sustentabilidade dos sistemas democráticos no longo prazo.

O estudo da democracia eleitoral requer um olhar multidimensional que leve em conta tanto os aspectos formais quanto a efetividade das instituições democráticas. Embora haja avanços na medição da qualidade democrática, é essencial que se busquem metodologias que mitiguem viés e permitam uma comparação mais justa entre diferentes contextos políticos. Ademais, os desafios contemporâneos exigem adaptações institucionais para garantir que a democracia eleitoral continue a ser um mecanismo efetivo de representação popular e de accountability governamental.

Para compreender plenamente a qualidade da democracia eleitoral, não basta analisar apenas seus mecanismos formais; é necessário também considerar os fatores

que influenciam sua consolidação e estabilidade. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico surge como uma variável frequentemente associada ao fortalecimento das instituições democráticas, levantando questionamentos sobre sua real influência na democratização. Dado que a relação entre economia e democracia permanece objeto de intenso debate acadêmico, torna-se fundamental investigar em que medida o crescimento econômico impacta a competitividade eleitoral, a participação política e a efetividade das instituições democráticas.

A relação entre desenvolvimento econômico e democracia tem sido um tema central na ciência política, gerando debates acadêmicos que persistem há décadas. Enquanto alguns estudiosos argumentam que o desenvolvimento econômico favorece a democratização (Lipset, 1959), outros questionam essa relação, sugerindo que fatores institucionais e históricos podem desempenhar um papel mais significativo (Acemoglu et al., 2008). Este trabalho busca explorar a conexão entre desenvolvimento econômico e democracia, com foco específico na dimensão eleitoral da democracia, utilizando como base os estudos de Patterson e Veenstra (2016) e Knutsen et al. (2018).

A democracia eleitoral pode ser entendida como um sistema político no qual os líderes são escolhidos por meio de eleições competitivas e multipartidárias, caracterizadas pela ausência de fraudes, violência e compra de votos (Knutsen et al., 2018, p. 292). Essa definição enfatiza a importância das eleições como um mecanismo central para a accountability dos governantes e a expressão da vontade popular. Patterson e Veenstra (2016) destacam que a democracia eleitoral está associada a melhores resultados em saúde pública, como maior expectativa de vida e redução da mortalidade infantil, sugerindo que regimes democráticos tendem a priorizar políticas que beneficiam a população em geral (Patterson & Veenstra, 2016, p. 66).

Knutsen et al. (2018) argumentam que o desenvolvimento econômico tem um impacto significativo na qualidade das eleições, mas não necessariamente em outras dimensões da democracia, como liberdades civis ou participação política. Os autores sugerem que o desenvolvimento econômico aumenta os recursos de poder dos cidadãos em relação aos líderes, tornando mais difícil para os governantes manipular eleições ou cancelá-las (Knutsen et al., 2018, p. 294). Essa perspectiva é corroborada por Patterson e Veenstra (2016), que encontraram uma forte correlação entre democracia eleitoral e indicadores de saúde, especialmente em países com maior PIB per capita (Patterson & Veenstra, 2016, p. 68).

Um dos mecanismos propostos por Knutsen et al. (2018) é que o desenvolvimento econômico reduz a probabilidade de fraudes eleitorais, violência e compra de votos, uma vez que cidadãos mais ricos e educados são menos propensos a vender seus votos ou tolerar práticas corruptas (Knutsen et al., 2018, p. 296). Além disso, eleições competitivas servem como um ponto focal para a ação coletiva, permitindo que os cidadãos se organizem para exigir a manutenção de

instituições democráticas (Knutsen et al., 2018, p. 295). Patterson e Veenstra (2016) também destacam que a democracia eleitoral está associada a uma maior igualdade de renda, o que pode contribuir para a estabilidade política e a redução de conflitos sociais (Patterson & Veenstra, 2016, p. 70).

Knutsen et al. (2018) argumentam que o desenvolvimento econômico tem um efeito assimétrico sobre a democracia eleitoral: enquanto ele ajuda a prevenir retrocessos democráticos, não necessariamente promove transições para a democracia (Knutsen et al., 2018, p. 308). Isso ocorre porque, em regimes não eleitorais, os cidadãos não têm um ponto focal claro para se organizar e exigir mudanças. No entanto, uma vez que as eleições são estabelecidas, o desenvolvimento econômico fortalece a capacidade dos cidadãos de resistir a tentativas de manipulação ou cancelamento das eleições (Knutsen et al., 2018, p. 309).

Os resultados desses estudos têm implicações importantes para a teoria política. Em primeiro lugar, eles sugerem que a relação entre desenvolvimento econômico e democracia é mais complexa do que se pensava, variando de acordo com a dimensão da democracia considerada. Em segundo lugar, destacam a importância de desagregar o conceito de democracia em seus componentes para entender melhor os mecanismos que ligam desenvolvimento econômico e regime político (Knutsen et al., 2018, p. 310). Por fim, os estudos reforçam a ideia de que a democracia eleitoral é um componente crucial para a estabilidade política e o bem-estar social, especialmente em países em desenvolvimento (Patterson & Veenstra, 2016, p. 75).

A análise dos estudos de Patterson e Veenstra (2016) e Knutsen et al. (2018) revela que a democracia eleitoral está fortemente associada ao desenvolvimento econômico, especialmente no que diz respeito à qualidade das eleições e à prevenção de retrocessos democráticos. No entanto, essa relação não se estende a outras dimensões da democracia, como liberdades civis ou participação política. Esses achados sugerem que o desenvolvimento econômico pode ser um fator importante para a consolidação da democracia eleitoral, mas não necessariamente para a democratização em um sentido mais amplo. Futuras pesquisas poderiam explorar os mecanismos microeconômicos e sociais que ligam desenvolvimento econômico e democracia eleitoral, bem como o papel de outras variáveis institucionais e históricas nessa relação.

3.3 Índice de presença eleitoral (Ipe)

Segundo Cervi¹ (2017, p. 62), os índices são definidos como medidas sofisticadas, derivadas de variáveis originadas de dados primários. Ele destaca que os índices são economicamente eficientes por condensarem várias variáveis ligadas a um conceito específico em uma única dimensão. Além disso, Cervi pontua que alguns conceitos não podem ser completamente medidos por variáveis isoladas, sendo que em muitos casos, um único índice que engloba diversos indicadores pode fornecer as informações necessárias. Por esses motivos, trabalhar com índices torna a pesquisa mais rica em informações, embora ele adverte que raramente se consegue captar todas as nuances do fenômeno estudado apenas com índices.

Cervi (2017, p. 81) propôs um índice para análises ecológicas, conhecido como Ipe, que é baseado em agregados e não em indivíduos, variando teoricamente de zero a um. Ele argumentou que a presença de um partido político em uma determinada área eleitoral durante uma eleição específica será mais forte quanto mais próximo o Índice de Presença Eleitoral (Ipe) estiver de um. O Ipe é calculado com base nas proporções de candidatos e eleitos em eleições majoritárias e proporcionais, proporções de votos recebidos por candidatos e partidos (em eleições proporcionais), e proporções de doadores e fundos doados ao partido.

Cervi (2017, p. 81) explica que se um partido apresenta todos os candidatos, elege todos eles, recebe todos os votos para candidatos e partidos, e recebe todas as doações e doadores de campanha, seu Ipe será 1,0 (um) nessa localidade, indicando a ausência total de competição eleitoral. Em contraste, se um partido não apresenta nenhum candidato, não elege ninguém, não recebe votos e não recebe doações, sua presença será nula.

O pesquisador também levou em consideração a especificidade do sistema eleitoral brasileiro, onde representantes para cargos executivos e legislativos são eleitos no mesmo dia, o índice proposto considera ambas as dimensões separadamente. Isso ocorre porque um partido pode escolher estar presente em uma área eleitoral na disputa majoritária, mas não na proporcional, ou vice-versa.

Ele mencionou que nas eleições proporcionais, os partidos podem apresentar até 1,51 vezes o número de vagas em disputa nos legislativos municipais, estaduais e para a Câmara Federal. Os partidos também podem formar coalizões eleitorais e,

¹CERVI, E. U. Manual de métodos Quantitativos para iniciantes em Ciência Política, V. 1, Curitiba 2017.

dependendo do tamanho das coligações, registrar apenas uma parte do total de candidatos, deixando espaço para outras siglas da coligação. Nas eleições majoritárias, para cargos de prefeito, governador, senador ou presidente, cada partido pode apresentar apenas um candidato. Cervi (2017, p. 81)

Em eleições simultâneas, os eleitores votam no mesmo dia para prefeito e vereador (em disputas municipais) e para deputado estadual, federal, senador, governador e presidente (em disputas regionais e nacionais). Quanto à dimensão “recursos de campanha”, o financiamento de disputas proporcionais e majoritárias é mantido na mesma dimensão, formando um único componente por distrito eleitoral. Embora parte seja destinada diretamente aos candidatos, em todas as eleições há comitês financeiros partidários para administrar a maior parte das doações recebidas. Tanto os comitês financeiros quanto os diretórios partidários recebem doações e redistribuem para todos os seus candidatos em disputas majoritárias e proporcionais, resultando em uma única prestação de contas final, conjunta, pelo diretório partidário à justiça eleitoral. Portanto, a representação do Índice de Presença Eleitoral (Ipe) é um reflexo da presença e atividade de um partido em uma determinada área eleitoral Cervi (2017, p. 82).

Segue a fórmula do índice:

$$Ipe = \frac{(D_{maj} + D_{pro} + DR\$)}{3}$$

Onde:

Ipe = Índice de Presença Eleitoral;

D_{maj} = Dimensão disputas majoritárias;

D_{pro} = Dimensão disputas proporcionais;

DR\$ = Dimensão Recursos de Campanha.

Onde:

Ipe = Índice de Presença Eleitoral;

Dmaj = Dimensão disputas majoritárias;

D

pro = Dimensão disputas proporcionais;

DR\$ = Dimensão Recursos de Campanha.

De acordo com Cervi (2017, p. 82) o Índice de Presença Eleitoral (Ipe) é calculado como a média aritmética das proporções de três dimensões distintas: disputas majoritárias, disputas proporcionais e recursos de campanha. Desta forma, cada dimensão é composta por várias proporções diferentes. Sendo assim, todas as dimensões são normalizadas em proporções, com valores teóricos variando de zero a um para cada dimensão. Ademais, diferentes quantidades de indicadores são usadas para calcular as dimensões. A dimensão Disputas Majoritárias (D_{maj}) é calculada da seguinte forma:

$$D_{maj} = \frac{(C_{gov} + P_{gov} + C_{sen} + P_{sen})}{4}$$

Onde:

DV_{maj} = dimensão disputas majoritárias;

C_{gov} = candidato ao governo (onde 0,5=vitioso e 0,25=derrotado);

P_{gov} = proporção de votos do candidato ao governo;

C_{sen} = candidato ao senado (onde 0,5=vitioso e 0,25=derrotado);

P_{sen} = proporção de votos do candidato ao senado;

Cervi (2017, p. 85), propôs em seu trabalho que a dimensão “disputas majoritárias” é calculada pela média de quatro variáveis em eleições regionais. Ele explicou que se um partido apresenta um candidato ao governo, este candidato recebe um peso de 0,50 se vencer a eleição e 0,25 se perder. No entanto, se o partido não apresenta um candidato ao governo, o indicador é zero.

Cervi (2017, p. 85) argumentou que a eleição de um candidato majoritário indica uma presença mais forte do partido no distrito eleitoral. Ele também mencionou que os pesos fixos de 0,50 e 0,25, para vencedores e perdedores, respectivamente, são específicos da dimensão majoritária e representam os valores com menor variabilidade em relação ao conjunto de candidatos de cada eleição.

Cervi (2017, p. 85) também observou que se um partido se apresenta, ele já tem um “crédito” de 0,25 e, se ganha, sua presença será maior, portanto, o valor é de 0,50. Cervi (2016, p. 85) esclareceu que o objetivo é dar um peso que distingue os partidos que apresentam candidatos nas disputas majoritárias daqueles que não o

fazem. Ele ressaltou que esses valores não influenciam diretamente a dimensão, pois serão ponderados por outros fatores considerados na dimensão majoritária.

Cervi (2017, p. 85) argumenta que os valores citados não influenciam diretamente a dimensão majoritária, sendo considerados juntamente com outros fatores. Ele esclarece que a viabilidade eleitoral do candidato é medida pela proporção de votos que o partido recebeu, que é o primeiro fator relevante da dimensão majoritária. O segundo fator é determinado pela proporção de votos que o partido conseguiu na disputa pelo governo estadual. Estas duas variáveis também são aplicadas às disputas para o senado, porém com ponderações diferenciadas para candidatos eleitos ou derrotados, e a proporção de votos recebidos no senado. Especificamente para as eleições municipais, o cálculo se baseia apenas nas duas variáveis relativas à disputa para prefeito: a situação do candidato na prefeitura e a proporção de votos obtidos pelo partido na eleição para prefeito, ambos os valores são divididos por dois, resultando na proporção da dimensão de "disputas majoritárias".

A última dimensão do índice de Cervi (2017), se refere à habilidade dos partidos em mobilizar doadores e coletar fundos para suas campanhas. A dimensão "recursos de campanha" (DR\$) é determinada pela fórmula a seguir:

$$DR\$ = \frac{(Pr\$maj + Pomaj + Pr\$prp + Poprp)}{4}$$

Onde:

DR\$= Dimensão Recursos de Campanha;

$P_{r\$maj}$ = Proporção de recursos em relação ao total declarado nas eleições majoritárias;

Pomaj= Proporção de operações em relação ao total das eleições majoritárias;

Pr\$prp= Proporção de recursos em relação ao total das eleições proporcionais;

Poprp= Proporção de operações em relação ao total das eleições proporcionais.

Conforme Cervi (2017, p. 86), em relação às eleições municipais, a dimensão é calculada com base em quatro variáveis relacionadas ao cargo de vereador,: o quadrado da proporção de candidatos, a proporção de eleitos, a proporção de votos

nominais e a proporção de votos partidários, todos divididos por quatro. Sendo assim, nas eleições para vereador, as proporções de candidatos e eleitos variam entre todos os municípios, uma vez que o distrito eleitoral nessas disputas é o próprio município.

Além disso, Cervi (2017, p. 86) discute que esta dimensão é formada por dois componentes principais: a proporção de recursos e a proporção de doadores, seja em eleições majoritárias ou proporcionais. Durante o período estudado, a legislação brasileira era bastante permissiva em relação ao tipo de doador (empresas e eleitores podiam doar diretamente a partidos ou candidatos) e ao volume de doações (quase sem limites nominais), o que poderia resultar em grandes distorções se considerássemos apenas os valores arrecadados.

Cervi (2016, p. 86) argumenta que, por exemplo, um candidato poderia receber a maioria das doações feitas em um município, mesmo que provenientes de uma minoria de doadores. Por outro lado, um candidato poderia receber um grande número de pequenas doações, mas com valores muito baixos.

Ademais, ele destaca que o propósito do índice é avaliar a presença eleitoral do partido em um município, por isso, decidiu-se dar o mesmo peso a duas variáveis. Assim, a proporção de recursos coletados por um partido para uma disputa majoritária é somada à proporção de doadores que contribuíram para o financiamento da campanha deste partido na mesma disputa. O mesmo processo é aplicado às eleições proporcionais e o resultado da soma é dividido por quatro para obter uma média da proporção de “recursos de campanha” (Cervi 2017, p. 86)

Em suma, ele defende que a identificação da proporção de doadores em relação ao total para medir a presença eleitoral do partido na dimensão “recursos de campanha” é tão importante quanto a proporção de recursos arrecadados para indicar a presença eleitoral do partido em uma circunscrição eleitoral. Dessa forma, muitos doadores de valores baixos são equivalentes a poucos doadores de valores altos (Cervi 2016, p. 87).

No caso das eleições regionais, Cervi (2017, p. 88) argumenta que os recursos de campanha não podem ser considerados uma dimensão própria para análises de desempenho partidário e resultados eleitorais, pois são usados como meio para organizar as campanhas visando convencer o eleitor, que é o objetivo final. Ele adere à ideia de que o que importa nas eleições são os partidos, seus candidatos e os eleitores. Ele reconhece que o dinheiro é uma condição necessária, mas não suficiente para

explicar o resultado das disputas eleitorais, e é isso que justifica uma dimensão própria para os recursos de campanha. A dimensão dos recursos de campanha permite contrastá-la com as outras duas dimensões, desempenho majoritário e proporcional, de maneira independente para explicar os resultados eleitorais.

Cervi² (2016, p. 123) destaca que, como qualquer instrumento de pesquisa, os índices apresentam limitações, sendo a principal delas a redução das informações analisadas. Thurstone (1978) argumenta que as medições feitas de forma indireta são abstratas e representam apenas consistências relativas nas variações de seus componentes, identificadas por inferência. Cervi expõe as limitações dos índices ao medir atitudes políticas a partir de um único índice e sugere o uso complementar de múltiplos índices para uma abordagem mais holística. De forma crítica, Merlier (1989) aponta para o risco da "quantofrenia", um termo que ele usa para descrever o abuso de índices em explicações científicas, que podem levar à substituição da realidade por números e análises estatísticas sem a devida reflexão teórica. Merlier enfatiza que a crítica é dirigida à utilização indiscriminada de números em detrimento de uma aproximação real ao fenômeno estudado. Nawrath (2015), por outro lado, critica o uso de índices para medições diretas de opiniões, como em pesquisas que avaliam o desempenho dos professores baseadas em opiniões de estudantes, destacando a influência de fatores emocionais e psicológicos nos resultados, o que sugere que um índice é mais confiável quando usado para agregar variáveis primárias que não são opiniões ou que não são afetadas psicologicamente.

Cervi (2017 p. 124)) conclui que o índice por ele proposto, focado em informações eleitorais primárias como resultados de eleições e não no processo de decisão de voto, não está sujeito às críticas relacionadas ao controle de aspectos emocionais nas respostas, uma vez que trata de componentes agregados a nível macrossocial, baseados em dados municipais, e não individuais.

A discussão sobre as limitações e aplicações de índices em estudos científicos e políticos, como articulado por Cervi (2017) e outros pesquisadores, fornece uma base teórica importante para entender a complexidade das eleições municipais de 2020 no Brasil. As eleições desse ano não apenas demonstraram a aplicabilidade de tais índices em capturar a realidade política, mas também destacaram a necessidade de

²CERVI, E. U. PSDB&PT: Em eleições nacionais: Fatores Geográficos, Políticos e Socioeconômicos na polarização Partidária no Brasil (1994 e 2014). Ed. Flacso, Salamanca, Espanha, 2016

uma análise cuidadosa para interpretar corretamente as dinâmicas e as influências variadas em jogo. Com uma quantidade recorde de candidatos a prefeito, estas eleições exemplificam perfeitamente como variáveis demográficas, econômicas e políticas interagem em um contexto eleitoral, fornecendo um campo prático para a aplicação de teorias sobre medição e análise política. Neste cenário, a aplicação de índices teve o potencial de revelar tanto as forças quanto as limitações dos partidos e candidatos individuais, refletindo a diversidade e complexidade do panorama político nacional.

4 Eleições 2020:

As eleições municipais de 2020 destinavam-se à escolha de prefeitos e vereadores nos 5.568 municípios brasileiros. Realizadas em novembro, diferentemente do calendário eleitoral tradicional de outubro, a alteração da data foi uma das primeiras medidas adaptativas em resposta à pandemia, visando proporcionar um ambiente mais seguro para os eleitores. Essa decisão reflete o impacto direto da COVID-19 na gestão eleitoral, demonstrando a necessidade de conciliar o exercício democrático com as medidas sanitárias de contenção do vírus.

As eleições municipais de 2020 no Brasil foram marcadas por um contexto extraordinário, como já mencionado acima o que impactou diretamente o comportamento eleitoral. De acordo com os dados do TSE, com um total de 100.968.044 votos nominais válidos, observa-se uma diminuição comparada aos 103.571.392 votos de 2016. Essa redução pode ser atribuída não só às restrições impostas pela pandemia, que podem ter afetado a participação dos eleitores, mas também ao possível aumento da apatia ou descontentamento com as opções políticas disponíveis.

Notavelmente, conforme os dados do TSE, os votos em branco em 2020 totalizaram 3.915.103, uma quantidade inferior aos 4.128.682 registrados em 2016. Este decréscimo sugere que, apesar das circunstâncias desafiadoras, uma parcela maior de eleitores optou por tomar decisões válidas em vez de anular seu voto por indecisão ou protesto. Isso pode refletir um compromisso mais forte dos eleitores em influenciar os resultados eleitorais mesmo durante uma crise sanitária global.

Além disso, ainda conforme os dados do TSE, houve uma redução significativa nos votos nulos, de 10.615.576 em 2016 para 7.054.302 em 2020. Este fenômeno pode indicar uma conscientização maior dos eleitores sobre a importância de seu voto em um momento de crise, procurando garantir que suas escolhas contribuam efetivamente para os rumos da administração pública em um período tão crítico.

Essas tendências de votação nas eleições de 2020, realizadas sob a sombra da COVID-19, revelam um eleitorado possivelmente mais deliberado e engajado, enfrentando as adversidades da pandemia para participar ativamente do processo democrático.

Figura 5: Evolução do quantitativo dos votos nas eleições entre 2000 a 2020

Brasil	Ano Eleitoral	Votos nominais válidos	Votos legenda válidos	Votos em branco	Votos nulos
BRASIL	2000	84.465.630	0	2.289.460	5.450.114
BRASIL	2004	94.852.754	0	1.923.745	5.738.348
BRASIL	2008	99.526.666	0	3.039.510	7.504.348
BRASIL	2012	103.260.845	0	3.805.899	8.740.770
BRASIL	2016	103.571.392	0	4.128.682	10.615.576
BRASIL	2020	100.968.044	0	3.915.103	7.054.302

fonte: TSE (2020)

Ademais, também baseado nos dados do TSE, a evolução do número de votos válidos nas eleições municipais no Brasil entre 2000 e 2020 mostra um aumento gradual até 2016, seguido por uma leve queda em 2020. De 2000, quando foram computados cerca de 84,5 milhões de votos válidos, até 2016, houve um crescimento consistente, atingindo aproximadamente 103,6 milhões de votos. Esse aumento pode ser atribuído ao crescimento do eleitorado, à melhoria nos processos eleitorais e talvez a um aumento no interesse político.

Entretanto, conforme o TSE, em 2020, o número de votos válidos diminuiu ligeiramente para cerca de 101 milhões. Esta leve retração pode ser vista como reflexo direto das circunstâncias excepcionais impostas pela pandemia de COVID-19. A pandemia trouxe consigo não apenas desafios logísticos e de saúde pública para a realização das eleições, mas também influenciou o comportamento eleitoral. Preocupações com a saúde e o contágio podem ter desencorajado a participação eleitoral, especialmente em áreas mais afetadas pela pandemia ou entre grupos de risco. Além disso, o contexto pandêmico exigiu adaptações significativas na maneira como as campanhas eleitorais foram conduzidas, limitando grandes eventos presenciais e intensificando as campanhas digitais, o que pode ter alterado a dinâmica de engajamento dos eleitores. Essas mudanças podem ter impactado diferentemente as regiões e grupos demográficos, possivelmente afetando a motivação e a capacidade de votar de segmentos específicos da população.

A análise dessas tendências não só fornece percepções sobre o comportamento eleitoral em condições de crise, mas também destaca a resiliência do sistema

democrático, que conseguiu manter uma alta participação eleitoral apesar dos desafios sem precedentes.

A pandemia de COVID-19, que serviu como pano de fundo para as eleições municipais de 2020, introduziu uma série de variáveis inéditas que testaram a capacidade adaptativa tanto dos eleitores quanto dos candidatos. Enquanto o sistema democrático mostrou sua força ao manter elevados números de participação eleitoral, o ambiente eleitoral foi marcado por mudanças profundas nas estratégias de campanha. A necessidade de distanciamento social impulsionou o uso de plataformas digitais e reduziu os encontros presenciais, redefinindo a interação entre candidatos e eleitores. Esse novo formato de campanha pode ter favorecido candidatos com maior fluência digital, influenciando a dinâmica das eleições e potencialmente afetando os resultados em diversas localidades.

Este contexto pandêmico de 2020 alterou significativamente não apenas a metodologia de campanha, mas também colocou em evidência a capacidade de resposta dos partidos e candidatos às rápidas mudanças de cenário. As adaptações necessárias para se comunicar efetivamente com o eleitorado, a partir de recursos tecnológicos, não apenas desafiaram os métodos tradicionais de campanha, mas também ofereceram novas oportunidades para alcançar eleitores de maneira inovadora. O aumento do engajamento digital e a necessidade de abordagens criativas para superar as restrições físicas podem ter reconfigurado as vantagens competitivas entre os candidatos, destacando aqueles que foram capazes de se adaptar rapidamente e utilizar eficazmente as ferramentas digitais para mobilizar apoio, mesmo sob condições adversas. Essa transição para o digital foi crucial para moldar o campo de batalha eleitoral nas diversas regiões do Brasil, estabelecendo um novo paradigma para futuras campanhas eleitorais.

Nas eleições municipais de 2020 no Brasil, o cenário político refletiu uma complexa tapeçaria de influências partidárias e lideranças emergentes em várias grandes cidades. Candidatos de diferentes espectros políticos competiram acirradamente, exemplificando a diversidade e as especificidades regionais do país. Com um total de 19.765 candidatos a prefeito, as eleições foram um teste significativo para novas lideranças e estratégias partidárias.

Figura 6 Maiores votações eleições 2020



Fonte: TSE (2020)

De acordo com os dados do TSE, em São Paulo, Bruno Covas do PSDB foi reeleito com uma votação expressiva de 1.754.013 votos, destacando a continuidade e a gestão eficaz da crise de saúde como pilares de sua campanha. Seu principal concorrente, Guilherme Boulos do PSOL, capturou a imaginação de uma parcela substancial do eleitorado, com 1.080.736 votos, focando em questões sociais e de moradia, e marcando uma forte presença para a esquerda na maior cidade do país.

No Rio de Janeiro, Eduardo Paes do DEM reconquistou a prefeitura com 974.804 votos, prometendo revitalizar a cidade e melhorar infraestrutura e serviços públicos. Ele enfrentou Marcelo Crivella do Republicanos, que buscou a reeleição em meio a controvérsias e desafios de gestão, conseguindo 576.825 votos.

Alexandre Kalil do PSD, em Belo Horizonte, consolidou sua posição com 784.307 votos, sendo reeleito em um mandato marcado pela gestão prudente durante a pandemia e investimentos em melhorias urbanas e sociais. Em Salvador, Bruno Reis do DEM obteve 779.408 votos, sucedendo ACM Neto e prometendo continuar o foco no desenvolvimento urbano e turismo.

Os resultados em São Paulo também destacaram Márcio França do PSB, que, apesar de não vencer, obteve uma votação respeitável de 728.441 votos, refletindo seu apelo em áreas de segurança pública e educação. A diversidade de candidatos e o

número de votos refletem um eleitorado atento e exigente, que busca abordagens diferenciadas para a gestão de suas cidades.

Essas eleições municipais revelaram um panorama político brasileiro altamente dinâmico e multifacetado. A mistura de reeleições e emergência de novos líderes mostra que os eleitores estão interessados tanto na experiência quanto nas novas propostas para a gestão das cidades. Essa diversidade de resultados e candidatos é fundamental para entender as dinâmicas políticas urbanas no Brasil, servindo como um indicativo para as futuras direções políticas e estratégias eleitorais no país.

O dinamismo e a complexidade das eleições municipais de 2020 destacam não apenas as preferências eleitorais variadas, mas também a natureza quantificável da influência política através do Índice de Presença Eleitoral (Ipe). Este índice serve como um termômetro da capacidade e eficácia de cada partido em se estabelecer em distintas geografias eleitorais. Ao medir a força dos partidos por meio do Ipe, torna-se possível quantificar de maneira precisa até que ponto os partidos são capazes de penetrar no tecido eleitoral das cidades, refletindo tanto a distribuição de votos quanto o sucesso em eleger candidatos e angariar recursos. Portanto, o Ipe não apenas complementa a análise qualitativa das eleições, mas também fornece um quadro estatístico que pode ajudar a antecipar futuras tendências políticas e ajustar estratégias eleitorais conforme necessário.

A seguir, o estudo das eleições 2020 utilizando o índice de presença eleitoral, lembrando que o Ipe mede a força de um partido político em uma área eleitoral específica e varia de zero a um, onde um é um limite teórico representa uma presença absoluta do partido (com todos os candidatos eleitos, todos os votos recebidos e todas as doações de campanha), e zero indica nenhuma presença (nenhum candidato apresentado, nenhum eleito, nenhum voto e nenhuma doação recebida).

Tabela 1: IPE dos partidos nas eleições 2020

	Média	DP
IPE_PSDB_pref	0,084	0,173
IPE_PT_pref	0,056	0,129
IPE_PSL_pref	0,027	0,086
IPE_MDB_pref	0,129	0,202
IPE_PDT_pref	0,054	0,140
IPE_PSD_pref	0,105	0,187

Fonte: banco de dados IPE -2020

A tabela 1 que apresenta os Índices de Presença Eleitoral (IPE) dos partidos políticos nas eleições municipais de 2020 no Brasil revela dados intrigantes sobre a performance eleitoral desses partidos. O PSDB, por exemplo, registrou uma média de IPE de 0,084 com um desvio padrão de 0,173, indicando uma presença moderada com variabilidade considerável entre diferentes regiões. Em contraste, o MDB mostrou a maior média de IPE, 0,129, acompanhada do maior desvio padrão, 0,202, sugerindo uma presença eleitoral forte, mas inconsistentemente distribuída pelo país.

O PT e o PDT apresentaram médias de IPE mais baixas, 0,056 e 0,054, respectivamente, com desvios padrões que sugerem variações na presença eleitoral entre diferentes localidades. Essas variações podem refletir o alcance e a recepção das políticas e candidatos desses partidos em diversas áreas. Já o PSL, com a menor média de IPE de 0,027 e um desvio padrão de 0,086, demonstra uma presença eleitoral relativamente baixa e menos variável, possivelmente indicando desafios na consolidação de sua base eleitoral.

Por fim, o PSD se destaca com uma média de IPE de 0,105 e um desvio padrão de 0,187, ilustrando uma presença eleitoral considerável com alta variabilidade, o que pode ser indicativo de fortes campanhas em certas regiões e desempenhos mais fracos em outras. Estes dados fornecem uma visão clara das dinâmicas eleitorais dos partidos nas eleições municipais e podem ser fundamentais para planejar estratégias futuras e entender as complexidades da política regional no Brasil.

A variabilidade no Índice de Presença Eleitoral (IPE) do PSD, que oscila entre altas e baixas performances em diferentes regiões, ressalta as particularidades da influência partidária no território nacional. Este padrão de inconsistência regional sugere que, enquanto algumas áreas podem ter experimentado campanhas vigorosas e bem-sucedidas, outras não foram tão efetivamente alcançadas. Essa disparidade regional pode refletir diferenças na alocação de recursos, estratégias de campanha adaptadas localmente, ou mesmo a ressonância de suas plataformas políticas com as preocupações locais. A compreensão dessas variações é crucial para os partidos ao revisarem suas abordagens e prepararem estratégias para futuras eleições, visando uma cobertura mais uniforme e eficaz. Essa análise detalhada contribui significativamente para entender como os partidos podem ajustar suas estratégias para melhor se alinhar com as expectativas e necessidades das populações locais, reforçando sua presença e eficácia em todo o país.

A análise dos índices de presença eleitoral (IPE) para os partidos PSDB, PT, PSL, MDB, PDT e PSD nas eleições municipais de 2020 no Brasil, considerando tanto a média

quanto o desvio padrão (DP) dos dados apresentados, permite extrair percepções sobre a performance eleitoral desses partidos em todo o território nacional. O desvio padrão elevado em todos os casos indica uma variabilidade significativa na presença eleitoral dos partidos entre diferentes municípios e regiões, sugerindo que diversos fatores locais podem influenciar a força política desses partidos. A seguir, realizamos uma análise detalhada de cada partido com base nos dados fornecidos:

O PSDB mostra uma presença eleitoral moderada, com uma média de 0,084. O desvio padrão elevado indica que, em alguns municípios ou regiões, o partido tem uma presença muito forte, enquanto em outros é bastante fraco. Isso pode refletir a histórica força do partido em determinadas áreas, especialmente em regiões mais urbanizadas, versus sua menor penetração em outras. E ainda, indica que o PSDB não é um partido nacionalizado, ou seja, um partido nacional forte, para isso, deveria ter um Ipe alto em todas as regiões.

Os dados sobre o Índice de Presença Eleitoral (IPE) para estes seis partidos políticos brasileiros revelam percepções sobre sua força e abrangência nas eleições municipais. O PSDB, com um valor médio de IPE relativamente baixo e um desvio padrão alto, mostra uma influência que varia significativamente entre regiões, indicando uma presença que não é uniformemente distribuída pelo território nacional. Similarmente, o PT apresenta um valor médio baixo com variabilidade notável, sugerindo uma estratégia eleitoral que não cobre de forma consistente o país.

O PSL registra o menor valor médio entre os partidos e um desvio padrão menos acentuado, refletindo uma presença geralmente fraca e pouco variável entre regiões, o que pode apontar para uma concentração em áreas específicas mais do que uma verdadeira nacionalização. Por outro lado, o MDB exhibe o maior valor médio e o maior desvio padrão, denotando uma forte presença que, no entanto, difere bastante de uma região para outra, caracterizando uma nacionalização incompleta.

O PDT, com um índice médio baixo e alta variabilidade, e o PSD, que mostra uma presença mais robusta, mas ainda com alta variabilidade, enfrentam desafios semelhantes. Estes padrões indicam que esses partidos não possuem uma presença uniforme em todo o território nacional, sugerindo que suas bases regionais fortes podem não se traduzir em uma influência nacional uniforme.

Estas análises apontam que nenhum dos partidos possui uma presença eleitoral alta e uniforme em todas as regiões, o que seria indicativo de uma sólida nacionalização. A alta variabilidade nos índices (alto desvio padrão) sugere que todos enfrentam desafios em

estabelecer uma presença consistente em todo o país, possivelmente refletindo estratégias eleitorais focadas em regiões específicas ou dificuldades em expandir suas bases regionais para um contexto nacional mais amplo.

No contexto das eleições municipais de 2020 no Brasil, a análise do Índice de Presença Eleitoral (IPE) revela uma complexa dinâmica de distribuição do poder político entre os partidos nas diversas regiões do país. A falta de uniformidade na presença eleitoral dos partidos, como indicado pelo alto desvio padrão em seus índices, reflete não apenas as distintas estratégias eleitorais, mas também as variadas respostas dos eleitores às propostas apresentadas. Essas diferenças regionais na eficácia eleitoral dos partidos podem ser atribuídas a fatores como a diversidade socioeconômica, cultural e política de cada estado e município, destacando a necessidade de abordagens mais localizadas e adaptadas às particularidades de cada área.

E ainda, a análise do Índice de Presença Eleitoral (IPE) dos partidos políticos nas eleições municipais de 2020 no Brasil revela uma complexa interação entre a performance eleitoral e variáveis regionais, demográficas e socioeconômicas. Este estudo tem como pergunta de pesquisa central como essas características influenciaram a participação eleitoral dos partidos, com o objetivo geral de analisar a distribuição e os resultados das candidaturas partidárias nas diversas regiões, cidades e regiões metropolitanas do Brasil.

Os dados indicam uma significativa variabilidade na presença eleitoral dos partidos, com o MDB apresentando a maior média de IPE, refletindo uma forte presença eleitoral em múltiplas regiões. Esta presença, no entanto, é caracterizada por um alto desvio padrão, sugerindo uma grande inconsistência regional. Em contraste, o PSL mostra a menor média de IPE, indicando uma presença geralmente baixa, mas com menor variabilidade entre diferentes localidades. Esta análise sugere que enquanto alguns partidos como o MDB têm uma capilaridade ampla e histórica, outros como o PSL enfrentam desafios em estabelecer uma base eleitoral sólida.

Adicionalmente, o PSDB e o PT apresentam padrões intermediários de presença, com variações que podem ser atribuídas às suas diferentes estratégias regionais e à resposta das bases locais às suas políticas. O PT, por exemplo, mostra uma variabilidade menor em sua presença eleitoral que o PSDB, indicando uma possível consistência maior em suas bases, apesar de uma presença total menor.

Para alcançar os objetivos específicos deste estudo, a pesquisa se debruça primeiro sobre a distribuição eleitoral dos partidos nas diferentes regiões. Isso envolve

quantificar e analisar a participação eleitoral em diferentes tipos de municípios — rurais, urbanos e metropolitanos — para identificar padrões de presença política em relação ao tamanho e características da população. Em seguida, avalia-se a influência de fatores socioeconômicos na participação eleitoral, investigando como variáveis como renda, educação e infraestrutura podem favorecer ou desfavorecer a presença de certos partidos políticos. Por fim, examina-se o impacto das dinâmicas regionais na performance dos partidos, analisando como as especificidades culturais, histórico político e políticas públicas locais afetam os resultados eleitorais.

Essas análises são cruciais para entender não apenas a política eleitoral vigente, mas também para orientar as estratégias futuras dos partidos. A necessidade de abordagens mais localizadas e adaptadas às realidades específicas de cada região é evidente, sugerindo que o sucesso eleitoral pode depender cada vez mais da capacidade dos partidos de alinhar suas estratégias com as expectativas e necessidades locais. Portanto, as eleições municipais servem como um microcosmo das dinâmicas políticas nacionais, oferecendo uma janela valiosa para as tendências de votação, a eficácia das plataformas partidárias e a resposta do eleitorado às propostas apresentadas. Compreender essas dinâmicas é crucial para qualquer partido que busca não apenas entender seu desempenho passado, mas também para aqueles que planejam caminhos mais efetivos para futuras vitórias eleitorais.

TABELA 2: IPE POR REGIÃO DO PAÍS

	Região									
	CENTROOESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL	
	Mé dia	DP	Mé dia	DP	Média	DP	Mé dia	DP	Média	DP
IPE_PSD	0,113	0,2	0,0	0,13	0,051	0,12	0,1	0,2	0,063	0,151
B_pref		04	45	2		4	40	09		
IPE_PT_p	0,024	0,0	0,0	0,15	0,044	0,10	0,0	0,1	0,064	0,140
ref		75	72	3		3	45	07		
IPE_PSL	0,048	0,1	0,0	0,04	0,023	0,07	0,0	0,0	0,043	0,117
_pref		08	09	8		1	29	83		
IPE_MDB	0,129	0,1	0,0	0,18	0,199	0,21	0,0	0,1	0,199	0,232
_pref		92	96	7		3	95	76		
IPE_PDT	0,054	0,1	0,0	0,15	0,032	0,09	0,0	0,1	0,071	0,161
_pref		37	67	9		8	34	04		
IPE_PSD	0,056	0,1	0,1	0,20	0,112	0,17	0,0	0,1	0,113	0,205
_pref		37	25	1		9	89	66		

Fonte: banco de dados IPE -2020

A análise dos índices de presença eleitoral (IPE) por região para os partidos PSDB, PT, PSL, MDB, PDT e PSD nas eleições municipais de 2020 revela variações significativas que refletem as dinâmicas políticas regionais e a influência de fatores locais na força partidária. Comparando os dados regionais com as médias nacionais, é possível identificar onde cada partido se destaca ou apresenta desafios. Vamos analisar cada partido separadamente.

A análise dos Índices de Presença Eleitoral (IPE) para os partidos PSDB, PT, PSL, MDB, PDT e PSD nas eleições municipais de 2020 revela variações regionais notáveis que espelham as diferenças na penetração política desses partidos em diversas áreas do Brasil.

O PSDB demonstra uma forte presença no Sudeste com um IPE de 0,140, em contraste com um menor IPE de 0,045 no Nordeste, sugerindo uma base mais consolidada e eficaz no Sudeste. Em contrapartida, o PT exibe um IPE mais alto no Nordeste, de 0,072, e o mais baixo no Centro-Oeste, de 0,024, indicando uma forte ressonância de suas políticas no Nordeste. O PSL, por sua vez, mostra uma presença significativamente mais baixa no Nordeste, com um IPE de apenas 0,009, enquanto no Centro-Oeste e Sul, apresenta IPEs um pouco maiores, de 0,048 e 0,043, respectivamente.

O MDB se destaca com um IPE alto de 0,199 no Norte, mostrando uma forte penetração nesta região, ao passo que no Sudeste seu IPE é de apenas 0,095. O PDT tem sua maior presença no Sul com um IPE de 0,071, mas é mais fraco no Norte com um IPE de apenas 0,032. O PSD tem um IPE relativamente alto no Nordeste e no Sul, de 0,125 e 0,113 respectivamente, indicando uma influência considerável nessas regiões.

Essas variações indicam como fatores locais, incluindo demografia, cultura política e condições socioeconômicas, podem influenciar significativamente a presença eleitoral dos partidos. Essa compreensão é essencial para os partidos ao planejarem suas estratégias para futuras eleições, permitindo-lhes ajustar suas abordagens para maximizar sua influência e sucesso eleitoral nas diversas regiões do Brasil.

O PSDB está acima da média nacional no Sudeste (0,140) e no Centro-Oeste (0,113), o que sugere uma forte presença nessas regiões, especialmente no Sudeste, que é uma região economicamente importante e populosa. Isso pode refletir a histórica influência do partido em áreas urbanizadas e desenvolvidas. Contudo, o partido está

abaixo da média nacional no Nordeste (0,045), Norte (0,051) e Sul (0,063), indicando menor penetração nessas regiões, que podem ter dinâmicas políticas e sociais distintas que favorecem outros partidos.

Já o PT encontra-se acima da média nacional no Nordeste (0,072) e no Sul (0,064), regiões onde o partido tem tradicionalmente mantido uma base de apoio sólida, especialmente no Nordeste, refletindo a importância das políticas sociais implementadas por governos anteriores do PT. Aparece abaixo da média nacional no Centro-Oeste (0,024), Norte (0,044) e Sudeste (0,045), sugerindo desafios em ampliar sua influência nessas regiões.

O PSL aparece acima da média nacional no Sul (0,043), possivelmente refletindo um alinhamento ideológico mais conservador presente na região. Mas encontra-se abaixo da média nacional em todas as outras regiões, com destaque para o Nordeste (0,009), indicando uma presença eleitoral limitada, o que pode ser consequência da recente formação do partido e sua consolidação no cenário político nacional.

O MDB apresenta-se acima da média nacional no Norte (0,199) e Sul (0,199), evidenciando a capilaridade do partido, que possui uma longa história de presença em diferentes níveis do governo em todo o país. Porém, está abaixo da média nacional no Sudeste (0,095) e Centro-Oeste (0,129), ainda que o partido mantenha uma presença significativa, demonstra a competição com outras forças políticas nessas regiões.

O PDT aparece acima da média nacional no Sul (0,071), o que pode ser atribuído à tradição trabalhista e à influência histórica do partido na região. Mas abaixo da média nacional no Norte (0,032) e Sudeste (0,034), refletindo áreas de menor influência e desafios para a expansão do partido.

Já o PSD está acima da média nacional no Nordeste (0,125) e Sul (0,113), regiões onde o partido parece ter estabelecido uma base sólida, possivelmente beneficiando-se de uma estratégia de posicionamento político flexível e adaptável às demandas locais. Porém, está abaixo da média nacional no Sudeste (0,089), embora mantenha uma presença significativa, o que indica a competitividade do ambiente político nesta região.

Em suma, a análise revela como as particularidades regionais influenciam a presença e a força dos partidos políticos no Brasil. Enquanto alguns partidos, como o MDB, mostram uma capilaridade ampla, evidenciando sua longa história e abrangência nacional, outros, como o PSL, apresentam desafios em estabelecer uma presença mais uniforme. O PT e o PSDB, tradicionalmente fortes em regiões específicas, continuam a

demonstrar essa tendência nas eleições municipais de 2020. O PDT e o PSD, por sua vez, evidenciam forças regionais que podem servir de base para estratégias de expansão futura. Essas dinâmicas regionais destacam a complexidade do cenário político brasileiro, onde fatores As observações sobre a influência das particularidades regionais na atuação dos partidos políticos brasileiros conduzem a uma análise mais detalhada e específica, que considera o tamanho dos municípios e sua correlação com a presença eleitoral destes partidos.

Ademais, a análise dos Índices de Presença Eleitoral (IPE) para os partidos políticos escolhidos, nas eleições municipais de 2020, distribuídos por região do Brasil, mostra uma heterogeneidade significativa na presença política desses partidos. Observe-se, por exemplo, que o PSDB apresenta uma forte variabilidade regional, com um IPE mais alto no Sudeste (0,140) e consideravelmente mais baixo no Nordeste (0,045). Já o MDB mostra um padrão similar, sendo mais forte no Norte (0,213) e mais fraco no Nordeste (0,096).

O PT mostra maior presença no Nordeste (0,137) em comparação com um IPE mais baixo no Norte (0,044), o que pode indicar uma base mais consolidada nesta região. O PSL, por sua vez, tem um desempenho notavelmente mais uniforme em todo o país, embora com índices gerais mais baixos, o que sugere uma presença menos intensa mas distribuída.

Essas variações regionais apontam para estratégias eleitorais distintas e graus variados de nacionalização dos partidos. Enquanto alguns, como o MDB, demonstram força em regiões específicas, outros, como o PSL, mantêm uma presença mais moderada mas constante em diversas áreas. Esta análise sublinha a complexidade da influência política no Brasil, onde fatores regionais específicos, como questões socioeconômicas e culturais, desempenham papéis cruciais na definição da dinâmica eleitoral.

A análise dos Índices de Presença Eleitoral dos partidos políticos PSDB, PT, PSL, MDB, PDT e PSD nas eleições municipais de 2020 revela variações regionais significativas que refletem o impacto das características regionais, demográficas e socioeconômicas na participação eleitoral desses partidos em diferentes regiões do Brasil. O PSDB, por exemplo, exibe uma forte presença no Sudeste com um IPE de 0,140, enquanto no Nordeste o índice cai para 0,045, indicando uma maior consolidação em áreas urbanizadas e economicamente mais desenvolvidas. Por outro lado, o MDB demonstra uma grande penetração no Norte e no Sul, com um IPE de 0,199 em ambas as

regiões, sugerindo uma eficácia em áreas tanto urbanas quanto rurais e refletindo a histórica capilaridade do partido.

O PT sobressai no Nordeste com um IPE de 0,072, uma região onde tradicionalmente mantém uma forte base eleitoral, em contraste com um menor IPE de 0,024 no Centro-Oeste. Isso pode ser um indicativo dos desafios enfrentados pelo partido nesta última região, possivelmente devido a fatores socioeconômicos e culturais locais. Fatores como urbanização, renda e educação parecem beneficiar partidos como o PSDB e o PSD, especialmente nas regiões Sudeste e Sul, onde alcançam maiores índices de presença eleitoral. Essa situação sugere que regiões com maior desenvolvimento econômico e urbano podem estar mais alinhadas com as políticas desses partidos.

O PSL, contudo, mostra uma presença muito limitada no Nordeste, com um IPE de apenas 0,009, em contraste com índices um pouco mais elevados no Centro-Oeste e no Sul. Essa variação pode refletir a influência de fatores culturais e históricos locais, enquanto o partido tenta estabelecer uma base mais sólida nessas regiões. O PDT, por sua vez, tem maior presença no Sul, com um IPE de 0,071, e menor no Norte, onde o IPE é de apenas 0,032, um padrão que pode ser atribuído às políticas públicas e ao histórico político dessas regiões.

Essas dinâmicas sublinham a importância de os partidos políticos considerarem as especificidades regionais ao planejarem suas estratégias eleitorais, adaptando suas abordagens para maximizar a eficácia em diferentes contextos demográficos e socioeconômicos. Compreender essas nuances é crucial para qualquer partido que busque não apenas entender seu desempenho passado, mas também para aqueles que planejam estratégias mais eficazes para futuras vitórias eleitorais.

A próxima fase da análise se aprofundará em como o tamanho dos municípios, desde os menores até aqueles com mais de 200 mil habitantes, afeta a dinâmica partidária. Investigando os índices de presença eleitoral em diferentes escalas municipais, podemos entender melhor a dispersão geográfica e a penetração política dos partidos, analisando as médias e desvios-padrão para cada faixa de tamanho de município. Este exame detalhado oferece uma perspectiva mais completa sobre como os partidos se adaptam e atuam em contextos variados, desde cenários locais até o panorama nacional.

Tabela 3: IPE POR TAMANHO DO MUNICÍPIO

	TAM_CAT								
	micro		pequeno		médio		grande		acima 200mil
	Méd ia	DP	Méd ia	DP	Mé dia	DP	Média	DP	Média
IPE_PSDB_p ref	0,08 4	0,1 82	0,08 5	0,182	0,0 77	0,16 4	0,084	0,161	0,136
IPE_PT_pref	0,04 7	0,1 36	0,05 1	,0134	0,0 54	0,13 2	0,066	0,115	0,123
IPE_PSL_pre f	0,02 2	0,0 89	0,02 4	0,087	0,0 22	0,07 8	0,036	0,087	0,064
IPE_MDB_pr ef	0,15 6	0,2 30	0,12 4	0,201	0,1 20	0,19 8	0,116	0,177	0,110
IPE_PDT_pre f	0,04 3	0,1 34	0,05 1	0,144	0,0 63	0,15 1	0,059	0,132	0,056
IPE_PSD_pre f	0,09 2	0,1 88	0,10 5	0,195	0,1 14	0,19 0	0,111	0,174	0,084

Fonte: banco de dados IPE -2020

A análise do Índice de Presença Eleitoral (IPE) dos partidos PSDB, PT, PSL, MDB, PDT e PSD em municípios de diferentes tamanhos nas eleições municipais de 2020 no Brasil revela como as características regionais, demográficas e socioeconômicas podem influenciar a participação eleitoral. Cada tamanho de município oferece um contexto único que pode favorecer ou desfavorecer a influência de partidos específicos, conforme detalhado na Tabela 3.

O PSDB, por exemplo, mostra consistência em sua presença eleitoral, com o maior IPE em municípios com mais de 200 mil habitantes (0,136), o que pode indicar uma forte capacidade do partido em mobilizar apoio em centros urbanos maiores, que são geralmente mais desenvolvidos e possuem maior infraestrutura para campanhas. Por outro lado, em municípios micro, a média é de 0,084, sugerindo que, embora tenha uma boa penetração, enfrenta desafios em alcançar a mesma eficácia em áreas menores.

O PT exibe um padrão interessante com seu maior IPE em municípios grandes e acima de 200 mil habitantes (0,123), destacando sua capacidade de atrair apoio em áreas urbanas densamente povoadas, onde políticas sociais e programas de governo podem ressoar mais com a população. A presença mais baixa em municípios micro (0,047) pode

refletir desafios em áreas com menor densidade populacional ou diferentes prioridades políticas.

O MDB destaca-se por apresentar o IPE mais alto em municípios micro (0,156), indicando uma forte presença em áreas menores, talvez devido à sua longa história de estabelecimento em bases locais profundas em todo o país, o que lhes permite manter influência mesmo em regiões menos urbanizadas.

O PSL, por sua vez, mostra um padrão de presença eleitoral mais baixo em todas as categorias, com o menor IPE (0,064) em municípios com mais de 200 mil habitantes, sugerindo que o partido, sendo mais novo e com menos infraestrutura partidária estabelecida, luta para construir uma base forte em áreas urbanas grandes e competitivas.

O PDT e o PSD apresentam variações em suas presenças eleitorais que podem ser atribuídas às suas estratégias regionais específicas e ao apelo de suas plataformas políticas, com o PDT mostrando maior presença em municípios médios (0,063) e o PSD exibindo um IPE relativamente alto em áreas mais populosas (0,084) para municípios acima de 200 mil habitantes).

Estes padrões de distribuição eleitoral sugerem que fatores como o tamanho do município e suas características socioeconômicas e demográficas são cruciais para determinar onde e como os partidos podem otimizar suas estratégias para maximizar a participação eleitoral. Compreender essas dinâmicas é vital para os partidos ao planejarem campanhas futuras, especialmente em contextos de alta competitividade política onde as especificidades regionais podem definir o sucesso ou fracasso de uma campanha eleitoral.

Para analisar os dados fornecidos sobre o índice de presença eleitoral (IPE) de diferentes partidos políticos (PSDB, PT, PSL, MDB, PDT, PSD) em municípios de diferentes tamanhos (micro, pequeno, médio, grande, acima de 200 mil habitantes), vamos considerar o significado das médias e dos desvios-padrão (DP) fornecidos para cada categoria de tamanho de município. As médias altas indicam uma presença eleitoral forte do partido na categoria de município correspondente, enquanto o desvio-padrão alto indica uma variação nessa presença, refletindo quanto a força política varia entre municípios dentro dessa categoria.

Desta forma, ao analisarmos partido por partido, iniciamos com o PSDB, que mostra uma presença eleitoral moderada em todas as categorias, mas com uma média significativamente maior em municípios acima de 200 mil habitantes (0,136), sugerindo

uma forte presença em municípios grandes. O PT tem uma presença gradualmente crescente de micro a municípios acima de 200 mil habitantes, com seu IPE mais alto em municípios grandes e acima de 200 mil habitantes (0,123), indicando uma estratégia eficaz em áreas urbanas maiores.

O PSL, com as médias mais baixas entre os partidos analisados, mostra um ligeiro aumento para municípios grandes (0,036) e um salto para municípios acima de 200 mil habitantes (0,064), indicando uma presença mais forte em grandes centros urbanos, mas ainda limitada. O MDB, destacando-se com a maior média em municípios micro (0,156), decresce ligeiramente em categorias maiores, sugerindo uma forte presença em municípios menores com uma presença consistente em todas as categorias.

O PDT exhibe um aumento gradual do IPE de micro para municípios médios, seguido de uma ligeira queda em municípios grandes e acima de 200 mil habitantes, indicando uma boa presença em municípios médios, mas com desafios em se manter em áreas mais populosas. Por outro lado, o PSD mostra um aumento do IPE de micro para municípios médios, seguido de uma ligeira redução em municípios grandes e uma queda mais notável em municípios acima de 200 mil habitantes, refletindo uma estratégia eficaz para municípios de tamanho médio.

Os partidos MDB e PSD têm uma presença mais forte em municípios menores e médios, o que pode indicar uma estratégia focada ou um apelo maior nessas áreas. Enquanto isso, o PSDB e o PT mostram uma presença significativa em municípios grandes e acima de 200 mil habitantes, sugerindo que suas estratégias ou mensagens têm maior ressonância em áreas urbanas densamente povoadas. E finalmente, o PSL, embora tenha a menor presença entre os partidos analisados, mostra um aumento na presença à medida que o tamanho do município aumenta, indicando que sua influência pode estar crescendo em áreas urbanas.

Esta análise fornece uma visão geral de como diferentes partidos políticos estão posicionados em municípios de diversos tamanhos, o que pode informar estratégias futuras para ampliar a presença ou fortalecer posições onde já são fortes. Compreender a distribuição dos partidos políticos nos diferentes tamanhos de municípios lança luz sobre suas áreas de influência e fragilidade, o que é crucial para o desenvolvimento de táticas eleitorais.

Tabela 4: IPE POR REGIÃO E TAMANHO DO MUNICÍPIOS

regiao_nam			micro	pequeno	médio	grande	acima200mil
			Média	Média	Média	Média	média
CENTROO E		IPE_PSDB_pref	0,088	0,111	0,120	0,156	0,052
		IPE_PT_pref	0,012	0,025	0,016	0,049	0,089
		IPE_PSL_pref	0,037	0,052	0,048	0,060	0,090
		IPE_MDB_pref	0,125	0,118	0,148	0,121	0,360
		IPE_PDT_pref	0,049	0,066	0,054	0,047	0,026
		IPE_PSD_pref	0,057	0,048	0,046	0,072	0,106
NORDEST E		IPE_PSDB_pref	0,046	0,050	0,037	0,047	0,090
		IPE_PT_pref	0,068	0,075	0,069	0,072	0,117
		IPE_PSL_pref	0,006	0,004	0,006	0,018	0,056
		IPE_MDB_pref	0,131	0,096	0,083	0,091	0,157
		IPE_PDT_pref	0,019	0,053	0,085	0,081	0,067
		IPE_PSD_pref	0,115	0,124	0,135	0,121	0,053
NORTE		IPE_PSDB_pref	0,005	0,056	0,064	0,066	0,116
		IPE_PT_pref	0,031	0,032	0,049	0,055	0,083
		IPE_PSL_pref	0,022	0,026	0,019	0,024	0,057
		IPE_MDB_pref	0,132	0,196	0,205	0,248	0,179
		IPE_PDT_pref	0,017	0,039	0,051	0,025	0,000
		IPE_PSD_pref	0,159	0,112	0,096	0,092	0,051
SUDESTE		IPE_PSDB_pref	0,162	0,134	0,141	0,122	0,170
		IPE_PT_pref	0,020	0,043	0,041	0,061	0,138
		IPE_PSL_pref	0,024	0,017	0,024	0,044	0,071
		IPE_MDB_pref	0,104	0,100	0,104	0,079	0,067
		IPE_PDT_pref	0,027	0,038	0,029	0,038	0,056
		IPE_PSD_pref	0,068	0,086	0,094	0,108	0,090
SUL		IPE_PSDB_pref	0,053	0,060	0,076	0,077	0,109
		IPE_PT_pref	0,074	0,044	0,054	0,078	0,111
		IPE_PSL_pref	0,024	0,054	0,055	0,057	0,043
		IPE_MDB_pref	0,230	0,184	0,198	0,158	0,076
		IPE_PDT_pref	0,073	0,067	0,062	0,077	0,087
		IPE_PSD_pref	0,097	0,126	0,124	0,120	0,119

Fonte: banco de dados IPE -2020

A análise dos índices de presença eleitoral (IPE) por região para os partidos PSDB, PT, PSL, MDB, PDT e PSD nas eleições municipais de 2020 revela variações significativas

Analisando os índices de presença eleitoral (IPE) por região do país conforme a tabela, podemos observar algumas variações significativas nos desempenhos dos partidos nas diferentes regiões do Brasil. Aqui está uma análise detalhada:

O PSDB apresenta uma variação significativa entre as regiões, com maior média no Sudeste (0,140) e menor no Nordeste (0,045). O desvio padrão também é notavelmente alto no Sudeste (0,209), indicando uma grande dispersão nos resultados dentro dessa região.

O PT mostra uma menor variação regional em termos de média, sendo mais uniforme, mas com um pico no Sudeste (0,107). O desvio padrão no Nordeste (0,153) é o mais elevado, indicando uma maior dispersão dos resultados nessa região.

O PSL tem uma presença geralmente fraca em todas as regiões, com médias muito baixas, especialmente no Nordeste (0,009) e Norte (0,023). O desvio padrão no Sul (0,117) sugere uma variabilidade considerável nessa região, apesar da baixa média.

O MDB tem uma média mais elevada no Norte (0,213) e Sul (0,199), sugerindo uma forte presença nesses locais. O desvio padrão é também significativamente alto no Sul (0,232), indicando uma variabilidade substancial na performance do partido.

O PDT apresenta desempenho moderado com uma média mais alta no Sul (0,104) e menor no Norte (0,032). O desvio padrão no Nordeste (0,159) é alto, mostrando uma grande dispersão dos resultados.

O PSD tem um desempenho bastante variado, com uma média mais alta no Sudeste (0,166) e a menor no Norte (0,112). O desvio padrão no Sul (0,205) é o mais elevado, o que indica uma grande dispersão na performance do partido nessa região.

Em suma, o Sudeste e o Sul aparecem como as regiões com maior variabilidade em termos de desvio padrão para vários partidos, sugerindo que a performance eleitoral é altamente variável nestas regiões. E ainda, cada partido apresenta um padrão distinto de presença eleitoral nas regiões, refletindo as dinâmicas políticas locais e a recepção de suas políticas e candidatos.

Essa análise reflete as dinâmicas políticas regionais e a influência de fatores locais na força partidária e pode ajudar a entender melhor como fatores regionais influenciam a força política de cada partido, o que pode ser crucial para estratégias futuras em campanhas eleitorais. Sendo assim, comparando os dados regionais com as

médias nacionais, é possível identificar onde cada partido se destaca ou apresenta desafios. Vamos analisar cada partido separadamente.

O PSDB está acima da média nacional no Sudeste (0,140) e no Centro-Oeste (0,113), o que sugere uma forte presença nessas regiões, especialmente no Sudeste, que é uma região economicamente importante e populosa. Isso pode refletir a histórica influência do partido em áreas urbanizadas e desenvolvidas. Contudo, o partido está abaixo da média nacional no Nordeste (0,045), Norte (0,051) e Sul (0,063), indicando menor penetração nessas regiões, que podem ter dinâmicas políticas e sociais distintas que favorecem outros partidos.

Já o PT encontra-se acima da média nacional no Nordeste (0,072) e no Sul (0,064), regiões onde o partido tem tradicionalmente mantido uma base de apoio sólida, especialmente no Nordeste, refletindo a importância das políticas sociais implementadas por governos anteriores do PT. Aparece abaixo da média nacional no Centro-Oeste (0,024), Norte (0,044) e Sudeste (0,045), sugerindo desafios em ampliar sua influência nessas regiões.

O PSL aparece acima da média nacional no Sul (0,043), possivelmente refletindo um alinhamento ideológico mais conservador presente na região. Mas encontra-se abaixo da média nacional em todas as outras regiões, com destaque para o Nordeste (0,009), indicando uma presença eleitoral limitada, o que pode ser consequência da recente formação do partido e sua consolidação no cenário político nacional.

O MDB apresenta-se acima da média nacional no Norte (0,199) e Sul (0,199), evidenciando a capilaridade do partido, que possui uma longa história de presença em diferentes níveis do governo em todo o país. Porém, está abaixo da média nacional no Sudeste (0,095) e Centro-Oeste (0,129), ainda que o partido mantenha uma presença significativa, demonstra a competição com outras forças políticas nessas regiões.

O PDT aparece acima da média nacional no Sul (0,071), o que pode ser atribuído à tradição trabalhista e à influência histórica do partido na região. Mas abaixo da média nacional no Norte (0,032) e Sudeste (0,034), refletindo áreas de menor influência e desafios para a expansão do partido.

Já o PSD está acima da média nacional no Nordeste (0,125) e Sul (0,113), regiões onde o partido parece ter estabelecido uma base sólida, possivelmente beneficiando-se de uma estratégia de posicionamento político flexível e adaptável às demandas locais. Porém, está abaixo da média nacional no Sudeste (0,089), embora

mantenha uma presença significativa, o que indica a competitividade do ambiente político nesta região.

Em suma, a análise revela como as particularidades regionais influenciam a presença e a força dos partidos políticos no Brasil. Enquanto alguns partidos, como o MDB, mostram uma capilaridade ampla, evidenciando sua longa história e abrangência nacional, outros, como o PSL, apresentam desafios em estabelecer uma presença mais uniforme. O PT e o PSDB, tradicionalmente fortes em regiões específicas, continuam a demonstrar essa tendência nas eleições municipais de 2020. O PDT e o PSD, por sua vez, evidenciam forças regionais que podem servir de base para estratégias de expansão futura. Essas dinâmicas regionais destacam a complexidade do cenário político brasileiro, onde fatores

Analisando a Tabela 4, percebemos uma notável variação nos índices que sugere uma presença mais regionalizada dos partidos do que uma uniformidade nacional. Na região Centro-Oeste, o MDB destaca-se com IPEs elevados, particularmente em municípios médios (0.148) e grandes (0.121), enquanto em municípios acima de 200 mil habitantes, o índice atinge um expressivo 0.360. No entanto, no Norte, o MDB apresenta um IPE muito mais baixo em municípios grandes (0.248) e uma presença praticamente nula em municípios acima de 200 mil habitantes.

O PSDB mostra uma forte presença no Sudeste, com IPEs de 0.162 em municípios médios e 0.122 em municípios grandes, contrastando com índices menores em outras regiões, como no Norte, onde o índice em municípios grandes é de apenas 0.066.

Observamos também que o PT, conhecido por sua base no Nordeste, apresenta IPEs variáveis: 0.068 em municípios médios e 0.117 em municípios grandes naquela região, mas índices menores em outras regiões como o Sul, onde o índice é de 0.074 em municípios grandes.

Esses dados indicam que os partidos não apenas adaptam suas estratégias baseadas em regiões específicas, mas também mostram desempenhos variados dependendo das características demográficas e políticas locais. Isso reflete uma tendência clara de regionalização nas estratégias e na influência partidária, contrastando com uma influência nacional uniforme.

As observações sobre a influência das particularidades regionais na atuação dos partidos políticos brasileiros conduzem a uma análise mais detalhada e específica, que considera o tamanho dos municípios e sua correlação com a presença eleitoral destes

partidos. A próxima fase da análise se aprofundará em como o tamanho dos municípios, desde os menores até aqueles com mais de 200 mil habitantes, afeta a dinâmica partidária. Investigando os índices de presença eleitoral em diferentes escalas municipais, podemos entender melhor a dispersão geográfica e a penetração política dos partidos, analisando as médias e desvios-padrão para cada faixa de tamanho de município. Este exame detalhado oferece uma perspectiva mais completa sobre como os partidos se adaptam e atuam em contextos variados, desde cenários locais até o panorama nacional.

Para analisar os dados fornecidos sobre o índice de presença eleitoral (IPE) de diferentes partidos políticos (PSDB, PT, PSL, MDB, PDT, PSD) em municípios de diferentes tamanhos (micro, pequeno, médio, grande, acima de 200 mil habitantes), vamos considerar o significado das médias e dos desvios-padrão (DP) fornecidos para cada categoria de tamanho de município. É importante destacar que municípios micro são aqueles com até 20.000 habitantes, municípios pequenos são os com 20.001 a 50.000 habitantes, médios, são os que possuem 50.001 a 100.000 habitantes, já os grandes possuem entre 100.001 a 500.000 habitantes.

O IPE mede a eficácia dos partidos em garantir a presença de seus candidatos eleitos em cargos de prefeito nos municípios. Uma média alta indica uma presença eleitoral forte do partido na categoria de município correspondente, enquanto o desvio-padrão (DP) indica a variação dessa presença (quanto maior o DP, maior a variação entre municípios dentro dessa categoria).

Desta forma, analisaremos partido por partidos, iniciando como o PSDB que mostra uma presença eleitoral moderada em todas as categorias, com uma média significativamente maior em municípios acima de 200 mil habitantes (0,136), sugerindo uma forte presença em municípios grandes.

Já o PT, tem uma presença gradualmente crescente de micro a municípios acima de 200 mil habitantes, com seu IPE mais alto em municípios grandes e acima de 200 mil habitantes (0,123), indicando uma estratégia eficaz em áreas urbanas maiores.

O PSL apresenta as médias mais baixas entre os partidos analisados, com um ligeiro aumento para municípios grandes (0,036) e um salto para municípios acima de 200 mil habitantes (0,064), mostrando uma presença mais forte em grandes centros urbanos, mas ainda limitada.

O MDB destaca-se com a maior média em municípios micro (0,156), decrescendo ligeiramente em categorias maiores. Isso sugere uma forte presença em municípios menores, com uma presença consistente em todas as categorias.

Já o PDT exhibe um aumento gradual do IPE de micro para municípios médios, seguido de uma ligeira queda em municípios grandes e acima de 200 mil habitantes. Isso indica uma boa presença em municípios médios, mas com desafios em se manter em áreas mais populosas.

Por outro lado, o PSD mostra um aumento do IPE de micro para municípios médios, seguido de uma ligeira redução em municípios grandes e uma queda mais notável em municípios acima de 200 mil habitantes. O partido parece ter uma estratégia eficaz para municípios de tamanho médio.

Sendo assim, os partidos MDB e PSD têm uma presença mais forte em municípios menores e médios, o que pode indicar uma estratégia focada ou um apelo maior nessas áreas. Já o PSDB e PT mostram uma presença significativa em municípios grandes e acima de 200 mil habitantes, sugerindo que suas estratégias ou mensagens têm maior ressonância em áreas urbanas densamente povoadas. E finalmente, o PSL, embora tenha a menor presença entre os partidos analisados, mostra um aumento na presença à medida que o tamanho do município aumenta, indicando que sua influência pode estar crescendo em áreas urbanas. Desta forma a variação dentro dos partidos, indicada pelo DP, sugere que a presença dos partidos não é uniforme em todas as regiões, o que pode refletir estratégias direcionadas, diferenças na base de apoio ou eficácia variável de campanha em diferentes contextos.

Essa análise fornece uma visão geral de como diferentes partidos políticos estão posicionados em municípios de diversos tamanhos, o que pode informar estratégias futuras para ampliar a presença ou fortalecer posições onde já são fortes. Compreender a distribuição dos partidos políticos nos diferentes tamanhos de municípios lança luz sobre suas áreas de influência e fragilidade, o que é crucial para o desenvolvimento de táticas eleitorais. Esta análise nos leva à essência do Índice de Presença Eleitoral (IPE), que quantifica a força partidária de maneira mais objetiva. Ao explorar o IPE, passamos de uma visão qualitativa para uma quantitativa, onde a influência política é mensurada de forma numérica, variando de uma presença dominante a uma completa ausência no espectro eleitoral. Tal entendimento numérico é essencial para avaliar o desempenho atual dos partidos e planejar suas ações futuras no diversificado cenário político do país. Analisando os valores da tabela, podemos inferir algumas informações sobre a presença dos partidos nas diferentes regiões e tamanhos de municípios: o MDB, por exemplo, mostra um Ipe particularmente alto em municípios grandes e com mais de 200 mil habitantes no Centro-Oeste, o que sugere uma presença eleitoral significativa nesses

locais, já o PT tem índices mais elevados em municípios médios e grandes do NORDESTE e SUL, indicando uma presença forte nessas categorias. Por último, o PSDB parece ter uma presença consistente em municípios de tamanho grande e acima de 200 mil habitantes na região SUDESTE.

Para cada partido, o valor do Ipe pode ser usado para entender onde suas estratégias de campanha e de financiamento podem ser mais ou menos eficazes. Esses índices podem ser especialmente úteis para planejar ações futuras e entender o comportamento eleitoral passado.

Na tabela apresentada, o Ipe reflete a força e a presença de um partido político em determinada área durante uma eleição, com valores mais altos indicando maior presença. A tabela fornece mostra os valores do Índice de Presença Eleitoral (Ipe) segmentados por tamanho de município (micro, pequeno, médio, grande, acima de 200 mil habitantes) e por região do Brasil (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul). Em seguida vamos interpretar a tabela olhando para a presença de cada partido em diferentes tamanhos de municípios e regiões:

Na região Centro-oeste, o PSDB varia de uma presença média de 0,088 em municípios micro a 0,156 em municípios grandes, indicando uma presença mais forte em cidades maiores. O PT tem uma presença geralmente baixa, variando de 0,012 a 0,049, o que sugere uma influência menor nesta região. Já o Ipe do PSL, varia de 0,037 em municípios micro a 0,121 em municípios grandes, semelhante ao PSDB, mostrando um aumento de presença em municípios maiores. O MDB, mostra a presença mais forte entre os grandes municípios com um índice de 0,360. O PDT e PSD apresentam uma presença moderada, com o PSD sendo mais forte em municípios grandes.

Já na região Nordeste, o PSDB apresentou índices menores, com mais força em municípios grandes. O PT teve uma presença mais forte no Nordeste em comparação com o Centro-Oeste, com seu Ipe chegando a 0,075 em municípios pequenos e 0,072 em grandes. Quanto ao PSL e o MDB, ambos apresentaram uma presença variada, com o MDB sendo notavelmente mais forte em grandes municípios. O PDT e o PSD: apresentaram uma presença similar ao PSDB, com o PSD sendo ligeiramente mais forte.

Na região Norte, o PSDB e o PT têm presenças relativamente mais baixas, com o PT mostrando uma presença mais consistente entre diferentes tamanhos de município. O PSL tem uma presença moderada, aumentando em municípios maiores. Já o MDB: Mais uma vez mostra uma forte presença, especialmente em municípios grandes. O PDT e PSD: Têm uma presença média, com o PSD destacando-se em municípios grandes.

No Sudeste, o PSDB destaca-se com uma forte presença, especialmente em municípios de grande porte, contrastando com o PT que, embora com uma presença significativa no Nordeste, mostra-se menos influente no Sudeste. O PSL, por sua vez, apresenta índices consistentes, ainda que relativamente baixos em comparação aos demais. O MDB, similar ao PSDB, exibe uma forte presença em municípios de todos os tamanhos, demonstrando uma ampla capacidade de penetração regional. O PDT e o PSD mantêm uma presença moderada, com o PSD mostrando força particularmente em municípios grandes.

Na região Sul, o PSDB continua a ter uma presença robusta em municípios de diversos tamanhos, indicando uma estratégia eficaz de alcance eleitoral. O PT mantém um Índice de Presença Eleitoral (Ipe) consistente e moderado, refletindo uma base sólida. O PSL vê seu Ipe aumentar nos municípios maiores, sugerindo uma influência crescente em áreas com maior população. O MDB destaca-se como o partido com a maior influência no Sul, especialmente em municípios maiores, enquanto o PDT e o PSD apresentam resultados similares, com uma presença moderada que se estende por municípios de diferentes tamanhos.

Esses padrões de Ipe não apenas refletem a presença eleitoral e a influência dos partidos nas regiões e tamanhos de municípios específicos, mas também indicam a dinâmica da competição eleitoral. Valores altos do Ipe podem sugerir uma falta de competição significativa, enquanto valores mais baixos podem indicar áreas onde a presença do partido é limitada ou inexistente, sublinhando os desafios e as oportunidades para os partidos em diferentes contextos regionais.

Ainda ao examinar a Tabela 4, percebemos padrões distintos que refletem a influência de características regionais, demográficas e socioeconômicas na participação eleitoral. Este detalhamento regional revela variações significativas na penetração dos partidos em diferentes contextos.

Por exemplo, o PSDB mostra uma forte presença no Sudeste em cidades grandes, com um IPE de 0,122, e ainda mais destacado em municípios com mais de 200 mil habitantes, onde o IPE alcança 0,170. Isso pode indicar uma base consolidada em regiões urbanas e economicamente mais desenvolvidas. No contraste, sua presença é relativamente menor no Norte, especialmente em municípios micro, onde o IPE é apenas 0,005, sugerindo desafios em estabelecer uma base forte em áreas menos urbanizadas. O MDB exibe uma presença marcante no Norte em municípios grandes, com um IPE de 0,248, destacando-se também nos municípios pequenos e médios desta região. Isso

reflete a histórica capacidade do MDB de manter uma presença substancial em áreas com diversas características socioeconômicas e culturais.

O PT, tradicionalmente forte no Nordeste, mantém essa tendência com um IPE de 0,072 em cidades grandes, e ainda mais elevado em municípios com mais de 200 mil habitantes, marcando 0,117. Esta forte presença no Nordeste pode ser atribuída à longa história de políticas sociais que ressoam bem com a demografia local.

O PSL, por outro lado, apresenta desafios significativos no Nordeste, com um IPE extremamente baixo de 0,009 em municípios grandes, indicando dificuldades em estabelecer uma presença significativa nessa região que é politicamente competitiva.

O PSD e o PDT mostram variações em suas presenças eleitorais que podem ser correlacionadas com o foco estratégico regional e o alinhamento das políticas públicas locais com suas plataformas. O PSD, por exemplo, tem um IPE relativamente alto no Sul em cidades grandes, 0,113, e no Nordeste em municípios com mais de 200 mil habitantes, 0,125.

Esses dados indicam como fatores como urbanização, perfil socioeconômico, e a cultura política de cada região podem influenciar significativamente a eficácia das campanhas dos partidos e a recepção dos eleitores às suas mensagens e candidatos. A análise detalhada dessas variações é essencial para os partidos ajustarem suas estratégias para maximizar o engajamento eleitoral em futuras eleições, considerando as particularidades de cada região do Brasil.

Portanto, ao avaliar os impactos das características regionais no desempenho dos partidos políticos, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem adaptativa nas estratégias eleitorais. Esta perspectiva regionalizada permite aos partidos não apenas alinhar suas mensagens com as expectativas e necessidades locais, mas também aprimorar a eficiência de suas campanhas em diversos contextos. A preparação para as próximas eleições, assim, deve considerar estas percepções para aprimorar a presença e influência política em todo o território nacional, destacando a importância de uma análise contínua e detalhada do comportamento eleitoral para a construção de uma política mais inclusiva e representativa.

Considerações finais:

O estudo sobre o comportamento eleitoral nas eleições municipais de 2020 no Brasil revelou nuances complexas e variadas das dinâmicas políticas em um contexto nacional diversificado. A pesquisa ilustrou como a distribuição geográfica, as características demográficas, e os fatores socioeconômicos influenciam significativamente a participação eleitoral dos partidos políticos em diferentes regiões do país.

Ficou evidente que as variáveis como a urbanização, a renda, e a educação têm papéis distintos nas estratégias eleitorais dos partidos, favorecendo alguns enquanto apresentam desafios para outros, dependendo da região. Por exemplo, partidos com plataformas focadas no desenvolvimento econômico tendem a performar melhor em áreas urbanas mais desenvolvidas, enquanto aqueles com uma forte agenda social encontram maior receptividade em regiões menos favorecidas economicamente.

Além disso, o estudo destacou a fragmentação política como um fenômeno crescente, particularmente influenciado pela pandemia de COVID-19, que trouxe novas pautas para o debate político e alterou as prioridades dos eleitores. Isso não só mudou a forma como os partidos conduzem suas campanhas, mas também como os eleitores respondem a elas. Desta forma, as eleições de 2020 foram também um teste para a resiliência e adaptabilidade das práticas eleitorais frente a crises sanitárias globais, mostrando a capacidade de inovação e flexibilidade do sistema eleitoral brasileiro.

Este trabalho não apenas forneceu uma análise da interação entre fatores políticos, socioeconômicos e demográficos nas eleições, mas também ofereceu percepções valiosas para futuras estratégias de campanha e políticas públicas. A compreensão dessas dinâmicas é crucial para qualquer entidade ou indivíduo envolvido no processo político, visando uma participação mais efetiva e representativa no sistema democrático brasileiro.

Após explorar as interações entre os múltiplos fatores que moldam os resultados eleitorais, este estudo traça um panorama que permite prever as tendências políticas e ajustar as estratégias de engajamento. A análise detalhada serve como uma ponte para a compreensão mais profunda da paisagem política, fundamental para quem busca maximizar a eficácia de suas iniciativas políticas e sociais. Ao lançar luz sobre como diferentes regiões respondem a variadas dinâmicas políticas, o estudo também sublinha a importância de adaptar as abordagens de campanha para atender às especificidades

locais, promovendo uma governança mais responsiva e alinhada com as expectativas e necessidades das populações locais.

As considerações finais sobre o Índice de Presença Eleitoral (IPE) dos partidos políticos nas eleições de prefeitos no Brasil lançam luz sobre a complexidade da influência política no vasto território nacional. A variação observada nos índices, tanto em médias quanto em desvios padrões, evidencia uma heterogeneidade marcante na influência dos partidos, destacando tanto suas forças quanto suas limitações regionais.

O MDB, por exemplo, com o maior IPE médio, demonstra uma robusta presença eleitoral, contudo essa presença é caracterizada por uma alta variabilidade regional. Isso sugere que, apesar de sua ampla capilaridade, o partido enfrenta desafios significativos em manter uma consistência em seu apelo político e eficácia estratégica, variando bastante de uma região para outra. Isso é indicativo de um partido nacional grande, que, embora tenha uma presença ampla, enfrenta o desafio de atender a uma diversidade de eleitorados com necessidades muito distintas.

Em contraste, o PSL mostra-se como um exemplo de um partido nacional pequeno, com menor presença eleitoral e menor variabilidade nos índices de IPE. Isso pode refletir uma base eleitoral mais restrita e desafios em estabelecer uma presença mais ampla e consistente no cenário político nacional. A falta de variabilidade e a baixa presença podem também indicar limitações na adaptação às dinâmicas locais ou uma estratégia nacional menos eficaz.

Por outro lado, partidos como o PSDB e o PT, com variações significativas em suas presenças eleitorais, refletem a adaptação às estratégias regionais e às respostas das bases locais a suas políticas, caracterizando-se como partidos grandes com capacidade de mobilizar eleitorados em contextos diversos. Enquanto isso, partidos como o PSD e o PDT, que mantêm uma presença moderada com variabilidade que indica áreas de potencial crescimento ou retração, podem ser vistos como partidos regionais, cuja influência é mais marcante em certas áreas do que em uma escala nacional.

Esses resultados sublinham a necessidade de estratégias políticas que sejam não apenas nacionais em escopo, mas também finamente sintonizadas com as realidades e expectativas locais. Para partidos que aspiram a consolidar ou expandir sua influência, é essencial uma compreensão profunda das dinâmicas locais e regionais. As eleições municipais, portanto, oferecem percepções valiosas para a formação de estratégias partidárias que respondam de maneira eficaz tanto às demandas locais quanto aos desafios nacionais, preparando o terreno para futuros ciclos eleitorais.

A conclusão deste trabalho, que destaca a complexidade e variabilidade regional na presença dos partidos políticos através do Índice de Presença Eleitoral (IPE), leva à constatação de que, de fato, não existem partidos com uma capilaridade uniforme em todo o território nacional. As análises dos dados do IPE mostram que nenhum partido possui um IPE nacional consolidado, ou seja, uma presença eleitoral dominante ou consistente em todas as regiões do Brasil. Essa observação ressalta a fragmentação e a especificidade regional como características marcantes da política brasileira. Os partidos, portanto, enfrentam significativos desafios em estabelecer uma estratégia eleitoral que abranja efetivamente o vasto e diversificado território nacional. Isso sublinha a necessidade de estratégias que sejam adaptadas às realidades locais, o que por sua vez reflete a importância de entender e responder às dinâmicas regionais para conseguir uma influência mais ampla e eficaz nas futuras eleições.

Referências Bibliográficas

- ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A.; YARED, Pierre. Income and democracy. *American Economic Review*, v. 98, n. 3, p. 808-842, 2008.
- ALTMAN, David; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Assessing the quality of democracy: freedom, competitiveness and participation in eighteen Latin American countries. *Democratization*, v. 9, n. 2, p. 85-100, 2002.
- ALTMAN, David. Bringing direct democracy back in: toward a three-dimensional measure of democracy. *Democratization*, v. 20, n. 4, p. 615-641, 2013.
- CERVI, Emerson Urizzi. *Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política*. v. 1. Curitiba: [s.n.], 2017.
- CERVI, Emerson Urizzi. *PSDB & PT em eleições nacionais: fatores geográficos, políticos e socioeconômicos na polarização partidária no Brasil (1994 e 2014)*. Salamanca, Espanha: Flacso, 2016.
- COPPEDGE, Michael; GERRING, John; ALTMAN, David et al. Conceptualizing and measuring democracy: a new approach. *Perspectives on Politics*, v. 9, n. 2, p. 247-267, 2011.
- DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. 1. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.
- DIAMOND, Larry. *Para entender democracia*. Curitiba: Atuação, 2017.
- HUNTINGTON, Samuel P. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.
- KERBAUY, Maria Tereza Miceli. As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais. *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 15-33, jan./jun. 2009.
- KERBAUY, Maria Tereza Miceli; SILVA, Bárbara S. Padrões regionais de votação nas eleições municipais brasileiras. Bogotá: Universidade dos Andes, 2013.
- KIERECZ, Marlon Silvestre. A crise da democracia representativa no Brasil. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir/UFRRGS*, Porto Alegre, v. XI, edição digital, 2016.
- KNUTSEN, Carl Henrik; GERRING, John; SKAANING, Svend-Erik; TEORELL, Jan; MAGUIRE, Michael; COPPEDGE, Michael; LINDBERG, Staffan I. Economic development and democracy: an electoral connection. *European Journal of Political Research*, v. 58, n. 1, p. 292-314, 2018.
- LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara. *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara. *Eleições municipais na pandemia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1996.

LIPSET, Seymour Martin. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *American Political Science Review*, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

MUNCK, Gerardo L.; VERKUILEN, Jay. Trazendo de volta a mensuração: fundamentos metodológicos do índice de democracia eleitoral. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, Brasília, jan.-abr. 2016.

NEVES, Daniela Silva. *Estrutura de comunicação política de campanhas majoritárias municipais associada ao índice de democratização eleitoral no Brasil entre 2008 e 2016*. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PATTERSON, Andrew C.; VEENSTRA, Gerry. Politics and population health: testing the impact of electoral democracy. *Health & Place*, v. 40, p. 66-75, 2016.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael E.; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. *Democracy and development: political institutions and well-being in the world, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

VALENZUELA, J. Samuel. Democratic consolidation in post-transitional settings: notion, process and facilitating conditions. Documento de Trabalho #150, Kellogg Institute, Notre Dame University, dez. 1990.

VANHANEN, Tatu. *Democratization: a comparative analysis of 170 countries*. London: Routledge, 2004.

VANHANEN, Tatu. *Measures of democracy 1810-2008*. [S.l.], 2009.

VANHANEN, Tatu. *Prospects of democracy: a study of 172 countries*. London; New York: Routledge, 1997.

VANHANEN, Tatu. *The level of democratization related to socioeconomic variables in 147 states in 1980-85*. *Scandinavian Political Studies*.